

JOSÉ BENEVIDES QUEIROZ

AS APORIAS DO PENSAMENTO DE ANDRÉ GORZ NOS ANOS 50 E 60

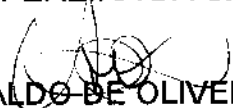
Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Prof.
Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
ou tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
10/12/1999



Prof. Dr. RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES (Orientador)

Prof. Dr. JOSUÉ PEREIRA DA SILVA

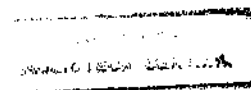


Prof. Dr. ARIOVALDO DE OLIVEIRA SANTOS



Prof. Dr. EDMUNDO FERNANDES DIAS (Suplente)

Dezembro/1999



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	1
V.	Ex
TOMADO BC/	39930
PREC. 278/00	
C	☐
D	☒
PREC. 278/00	
DATA	12/01/00
N.º CPO	

CM-00130622-5

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Queiroz, José Benevides
Q 32 a **As aporias do pensamento de André Gorz nos anos 50 e 60 /**
José Benevides Queiroz. -- Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Gorz, André, 1924-. 2. Autonomia. 3. Neo-marxismo
ocidental. 4. Socialismo. I. Antunes, Ricardo Luiz Coltro.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

À memória de Domenico Battochio,

que sempre cobrou a conclusão deste trabalho.

Para Francisco Queiroz da Costa,

meu querido e velho pai.

*"Uma doutrina falsa não se deixa desmentir,
pois repousa na convicção de que o falso
é verdadeiro. Mas é-se capaz, e pode-se,
e deve-se, repetidamente proclamar o
contrário."*

Johann W. Goethe

SUMÁRIO

Apresentação	06
Introdução	08
CAPÍTULO I: O esforço para a renovação do marxismo nos anos 50 e 60	14
1.1. O debate em torno do método de Marx	17
- Em busca da reposição do método	17
- Os problemas de uma concepção metodológica fundada no indivíduo	22
1.2. A centralidade do conceito de alienação no marxismo	34
- A retomada do conceito de alienação	34
- Para além da formulação teórica de Gorz	41
i- O conceito de alienação nas primeiras obras de Marx	41
ii- O conceito de alienação pós-Manuscritos	49
iii- Impasses do conceito de alienação de Gorz	62
CAPÍTULO II: As características do neocapitalismo	69
2.1. A nova fase do capitalismo	71
- A heteronomia como traço distintivo	71

- A forma social capitalista como efetiva força heterônoma	76
2.2. Os trabalhadores no neocapitalismo	82
- A nova composição da classe trabalhadora	82
- O trabalhador técnico-científico: expressão de uma necessidade do capital.....	90
CAPÍTULO III: O poder político no neocapitalismo e sua possível superação	99
3.1. O Estado no neocapitalismo	102
- A morte da democracia burguesa	102
- O Estado para além do capitalismo monopolista de Estado	110
3.2. A luta política no neocapitalismo	138
- A ação política dos trabalhadores	138
- Poderes autônomos: impotência política	155
Conclusão	176
Bibliografia	185

APRESENTAÇÃO

Nosso interesse particular pela obra de André Gorz despertou quando da leitura de **Adeus ao Proletariado**¹. Este não foi o primeiro conhecimento que tivemos de seu pensamento. Já havíamos lido a coletânea **Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista**², organizada pelo pensador austro-francês, que, entretanto, não trazia nada de novo. **Adeus ao Proletariado**³, pelo contrário, desafiava todas as perspectivas clássicas do pensamento de esquerda à medida que propunha uma nova reflexão sobre o capitalismo, bem como um novo sujeito histórico (*a não-classe dos não-trabalhadores*) para a transformação da ordem vigente.

A partir daí, André Gorz trilhou um ousado caminho que, a cada publicação, provocava uma angustiante necessidade da esquerda, particularmente a dos países centrais, de responder-lhe. Apesar disso, as reflexões pós-**Adeus**⁴, no Brasil, permaneceram, até agora, desconhecidas. Não muito diferente, mesmo a Zahar Editores tendo publicado dois de seus livros nos anos 60, as obras anteriores mantiveram-se também no anonimato. Ao longo dos anos 80 e 90, excetuando raríssimas publicações esporádicas em alguns periódicos, Gorz foi transformado em autor de uma única obra.

A necessidade de preencher esta lacuna fez germinar a pretensão de um estudo do conjunto da obra do autor. Tomando **Adeus ao Proletariado** como

¹ **Adeus ao Proletariado** foi publicado na França em 1980 e dois anos depois no Brasil.

² Este livro foi originalmente publicado com o título **Critique de la Division du Travail**, em 1973. O título **Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista** foi dado pela edição portuguesa de 1976.

³ Contudo, num dos textos de Gorz, "Técnica, técnicos e luta de classe", já havia prenúncio de uma mudança de rota. Enquanto nas obras dos anos 50 e 60 os trabalhadores técnico-científicos eram identificados como a possível vanguarda revolucionária, neste texto eles passavam a ser compreendidos como agente do sistema. GORZ, A. "Técnica, técnicos e luta de classe" in GORZ, A. (Org.) Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista, Porto, Publicações Escorpião, 1976, pp. 243/248.

⁴ Gorz posteriormente desenvolveu as tese de **Adeus ao Proletariado** nos seguintes livros: **Les Chemins du Paradis**, de 1983, **Métamorphoses du Travail, Quête du Sens**, de 1988, **Capitalisme, Socialisme, Écologie**, de 1991, e **Misères du Présent, Richesse du Possible**, de 1997.

referencial, aspirávamos desvelar até que ponto este livro representava ruptura e/ou continuidade em relação ao pensamento anterior. Esta presunçosa idéia orientou e estruturou o trabalho que apresentamos em nossa qualificação.

Todavia, quando colocamos tal proposta de trabalho em andamento, o esforço exigido para tamanha empreitada revelou-se maior do que, ingenuamente, imaginávamos. O passar do tempo, não alcançando sua conclusão, o tornava interminável.

A saída deste impasse, já tendo sido escritas mais de duzentas páginas, nos foi indicada por nosso orientador Professor Dr. Ricardo C. Antunes. Ele sugeriu que, ao invés de abranger toda a obra de André Gorz, nos ativésemos aos escritos dos anos 50 e 60. O tratamento da obra posterior ficaria, portanto, para a continuidade de nosso projeto de pesquisa.

Acatando esta prestimosa e realista sugestão, buscamos redefinir os objetivos de nossa dissertação de mestrado. Para isso, reestruturamos toda a primeira parte referente ao projeto original. Buscando constituí-la num todo coerente, trabalhamos os elementos que deram unidade ao pensamento de André Gorz naquele período. Ao contrário do que até então fora desenvolvido, esta reestruturação eliminou todas as indicações que remetiam para o segundo momento de sua obra, aquele que se desenvolve a partir de **Adeus ao Proletariado**, mencionado somente na conclusão.

Além de nosso orientador, foram também importantes outras pessoas para a conclusão da presente dissertação. Muito devemos às pertinentes observações de José do Hamatari Arrais Sydrião de Alencar, que nos auxiliaram no desenvolvimento da reflexão sobre o método em Marx. No que se refere à revisão final do texto, temos que ressaltar a solicitude dos amigos e professores Marcelo Nogueira Moreira e Sandra Helena de Souza. Esta, além da revisão, deu a idéia do título e fez observações teóricas que permitiram tornar o texto mais preciso.

INTRODUÇÃO

O período que iniciou pós-guerra, e que deslancha nos anos 50, presenciou a emergência de uma sociedade capitalista estruturada numa forma diversa daquela da primeira metade deste século, embora com seus fundamentos intactos. As tendências em germe, manifestadas no período precedente, cristalizaram-se. Por um lado, a produção em massa e racionalizada consolidou-se como o novo padrão do processo produtivo; a generalização do taylorismo como concepção administrativa e seu aprofundamento por Ford⁵, são fatos representativos desta modificação. Por outro, em particular nos países centrais, a dinâmica do mercado passou a ser marcada mais e mais pelo peso econômico das grandes empresas, corporações, oligopólios, trustes, etc.; concomitantemente, a ideologia liberal foi substituída pela fordista-keynesiana; o crescimento econômico a expensas de precárias condições de vida e trabalho, cedeu lugar a um crescimento que possibilitava a elevação das condições materiais da classe trabalhadora.

O movimento operário, frente a esta metamorfose, adotou, em sua maior parte, posições que, efetivamente, não colocavam o sistema em xeque. Uma parte deste movimento, ao mesmo tempo que suprimiu de seus horizontes a luta por uma nova ordem social, tornou-se um dos elementos importantes na viabilização do que ficou conhecido como Estado do Bem-Estar. Nesta perspectiva, a conquista imediata de ganhos materiais e/ou sociais passou a ser considerada como um fim em si mesmo. A outra vertente do movimento operário, apegando-se às táticas e estratégias da primeira metade do século,

⁵ Além de aprofundar as concepções de Taylor, e tendo uma desmesurada influência nas futuras características do capitalismo, Henry Ford, engenhosamente, desencadeou uma radical transformação no processo produtivo. A produção de peças padronizadas intercambiáveis, o que permitiu a linha montagem, possibilitou o advento de uma *produção em massa*. O significado de tamanha modificação, como bem analisa Simon Clarke, "marcou o ápice da penetração do capital na produção, o que significa que o fordismo é sinônimo da produção capitalista como tal". CLARKE, S. "Crise do fordismo ou da social-democracia?" in *Revista Lua Nova*, nº 24, S. Paulo, Ed. Marco Zero, 1991, p. 128.

mantinha a oposição e recusava integrar a perspectiva burguesa, mas não conseguia resultados que contribuíssem para a ultrapassagem do capitalismo: sua fundamentação numa concepção catastrofista, que acreditava na *débâcle* natural do sistema, era inapelavelmente imobilista.

Foi neste cenário, e com a firme convicção de contribuir para a sua ultrapassagem, que Gorz produziu as obras dos anos 50 e 60. Neste empreendimento, sob o impacto da obra de Sartre, *Crítica da Razão Dialética*⁶, seus esforços centraram-se na recuperação do legado teórico marxiano, esquecido ou deformado pelas concepções reformistas e stalinista. A reposição do conceito de *alienação*, como exemplo significativo, se fez buscando responder a problemas do tipo: **como fazer a classe trabalhadora recusar uma sociedade que atendia as necessidades vitais da maior parte da população?**⁷ Como defender a sociedade socialista como possibilidade de realização humana, já que o que era chamado de socialismo não proporcionava um padrão de vida igual ou superior ao capitalismo avançado? O empreendimento desta reflexão se desenvolveu estabelecendo, direta ou indiretamente, um diálogo com outras, muitas vezes localizadas fora do marxismo - Wrigth Mills, Daniel Bell, etc. - , mas que também procuravam explicar as transformações do capitalismo⁸. Todavia, é

⁶ Embora só tenha sido publicada em 1960, esta obra começou a ser escrita em 1957, sob o título *Questão de Método*.

⁷ Mesmo não englobando o conjunto da população, a abundância, decorrente do vigoroso crescimento econômico que se iniciou nos anos 50 e foi até princípios dos anos 70, repercutiu diretamente no nível de vida de classe trabalhadora. Assim, nos Estados Unidos, por exemplo, a *média salarial semanal* saltou de US\$ 220, em 1949, para US\$ 350, em 1973; a *média anual da renda familiar* passou de US\$ 15 mil, em 1950, para aproximadamente US\$ 30 mil, em 1973. HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*, S. Paulo, Edições Loyola, 1992, p. 127.

⁸ Aqui, nesta perspectiva, é notória a influência de Sartre. Para esse, entre inúmeras afirmações do tipo: "... a integração da sociologia no marxismo é tanto mais fácil quanto ela se considera um hiperempirismo. Sozinha, ela se cristalizaria no essencialismo e no descontínuo; retomada - como o *momento* de um empirismo supervisionado - no movimento de totalização histórica, ela reencontrará sua profundidade e sua vida, mas ela é que manterá a irredutibilidade relativa dos campos sociais, ela é que fará ressaltar, no seio do movimento geral, as resistências, as repressões, as ambigüidades e os equívocos. Não se trata, aliás, de acrescentar um método ao marxismo: é o próprio desenvolvimento da filosofia dialética que deve levá-la a produzir num mesmo ato a síntese horizontal e a totalização em profundidade. E outros, enquanto o marxismo se recusar a isso, tentarão fazê-lo em seu lugar". SARTRE, J. "Questão de Método" in *Coleção Os Pensadores*, 3ª edição, S. Paulo, Nova Cultural, 1987, p. 147.

importante ressaltar que, neste período, o trabalho teórico de Gorz foi igualmente influenciado pelo marxismo italiano, que, à época, era fortemente marcado pela recente divulgação dos escritos que Gramsci havia desenvolvido no cárcere:

O resultado de sua reflexão originou um marxismo singular.

Esta singularidade, em termos gerais, podia ser verificada em comparação ao que se convencionou chamar de *marxismo ocidental*. Se os marxistas ocidentais refugiaram-se na academia em detrimento da vida partidária, ou participaram dessa última marginalmente, a reflexão de Gorz, nos anos 50 e 60, não ocorreu em nenhuma dessas instâncias. A obra desse período, bem como a posterior, ele a desenvolveu isolado, chegando somente a participar do comitê de direção da revista **Les Temps Modernes** a partir de 1961 e escrevendo também para a revista **Nouvel Observateur** com o pseudônimo de Michel Bosquet. Se os marxistas ocidentais priorizaram os temas metodológicos, literários e estéticos em prejuízo dos políticos, econômicos, estratégicos e táticos, com Gorz ocorreu justamente o contrário. Ele se esmerou, a partir de *La Morale de L'histoire*, de 1959, num estudo sistemático das novas características da sociedade capitalista com o intuito de contribuir para a ação política dos trabalhadores que estivesse voltada para a superação da ordem.

Contudo, como nosso estudo pôde constatar, a retomada do marxismo, por parte de Gorz, revelou-se profundamente problemática. Seu discurso apresentava aporias que comprometiam gravemente sua validade. Como mostraremos, isso ocorreu em razão da base teórica que ele escolheu para o seu empreendimento: o pensamento de Sartre. Não vendo conflito algum entre esse último e o legado marxiano, Gorz tentou persistentemente harmonizá-los. Disto resultando que as obras dos anos 50 e 60, apesar das concepções ali presentes destoarem do reformismo e do stalinismo, eram perpassadas por contradições insolúveis. Contradições estas que comprometeram a

compreensão da complexidade que havia tomado conta de todas as dimensões da vida social.

Para demonstrar estas características da obra de Gorz, dividimos nosso trabalho em três capítulos.

No primeiro, apresentamos como ele, nos anos 50 e 60, avaliando existir uma crise do marxismo, tentou recuperar os fundamentos daquela teoria com o objetivo de romper com as interpretações vigentes. Na primeira parte, expomos os aspectos que o autor priorizou como importantes para a reposição do método marxiano. Em razão de sua fundamentação sartreana, mostramos em seguida que Gorz tendeu a perder de vista o referido método em sua originalidade, bem como a compreensão que ele possibilita da realidade. Foi a partir desta reposição do método, aspecto que tratamos na segunda parte do capítulo, que ele buscou retomar as reflexões de Marx sobre a *alienação*. Esta, em Marx, segundo a interpretação de Gorz, podia ser definida como uma **objetivação objetivada** - ponto de separação entre o *projeto* e o *processo* - , tendo um **significado moral** e fundada na *raridade*. Esta compreensão da *alienação*, mais uma vez orientada pelos horizontes sartreanos, nós tentamos demonstrar que, quando muito, aproximava-se das reflexões do jovem Marx, ficando portanto aquém das reflexões que se encontram n' **O Capital**.

No segundo, mostramos que a concepção marxista formulada por Gorz teve um grande peso na análise e compreensão do que ele denominou de *neocapitalismo*. Segundo nosso autor, esta fase do capitalismo revelava-se como sendo aquela em que, por um processo de tecnificação, de racionalização, etc., os indivíduos tinham perdido o total controle sobre a vida social. Esta avaliação, próxima dos frankfurtianos, nós a criticamos com base no próprio Marx. Argumentamos que **O Capital** mostrava que a forma social capitalista (o capital) constituía a verdadeira força heterônoma. Donde concluímos: a *heteronomia* não seria exclusividade de uma determinada fase do capitalismo, mas sua condição permanente. Na segunda parte do capítulo, apresentamos a

compreensão que Gorz tinha da conformação que ia tomando a composição da classe trabalhadora no *neocapitalismo*. De acordo com ele, a elevação do nível intelectual dos trabalhadores colocava em xeque a *heteronomia* e a racionalidade sistêmica, bem como revelava o nascimento de uma nova vanguarda revolucionária. Analisando criticamente tal compreensão, ainda tomando Marx como referencial, mostramos que, se do ponto de vista político era importante atentar para esta mudança da composição da classe trabalhadora, do ponto de vista econômico era secundário. Isto porque, a nova característica da força de trabalho, enquanto força do capital, não era contrária nem à *heteronomia* nem à racionalidade sistêmica, mas estava em sintonia com a nova fase do capitalismo.

No último capítulo, apresentamos e analisamos a interpretação de Gorz sobre o poder político no *neocapitalismo* e a estratégia que propunha ao movimento operário. No que se referia ao poder político, mostramos que ele, a partir da teoria do *capitalismo monopolista de Estado*, argumentava que a democracia burguesa era uma falácia e que as verdadeiras instâncias do poder fugiam ao controle da população, pois que eram dominadas pelo grande capital. Submetendo esta interpretação a uma crítica que tomou como referência o Debate Alemão sobre a Derivação do Estado, por um lado, e Gramsci, por outro, tentamos demonstrar sua debilidade. Primeiro, porque, ao se prender unicamente ao conteúdo de classe do Estado, Gorz perdia de vista o consenso e a legitimidade que o poder obtinha junto à sociedade e acabava caindo numa posição esquerdista. Segundo, porque, em razão de sua visão sartreana contrapor *práxis criativa* e *práxis coagulada*, ele só compreendia o Estado de uma forma restrita. Esta interpretação, como mostramos a seguir, comprometeu sobretudo a estratégia que ele propunha ao movimento operário. A estratégia que vislumbrava, denominada de *reformas não-reformistas*, calcava-se nos conceitos de hegemonia e bloco histórico. Todavia, em razão de sua compreensão do Estado, avaliamos que sua realização era impossível, pois, ao

recusar radicalmente qualquer via institucional, Gorz almejava que as tais reformas ocorressem por meio de *poderes autônomos* inexistentes.

Por fim, defendemos que a retomada do marxismo procedida por Gorz mostrou-se impotente. Ela, por exemplo, não repercutiu no movimento operário. Além disso, ao ser incapaz de corretamente interpretar a nova fase do capitalismo, foi radicalmente negada pela realidade sócio-econômica que começou a esboçar-se a partir dos anos 70. A saída deste impasse teórico Gorz a encontrou abandonando e renegando o marxismo.

CAPÍTULO I

**O ESFORÇO PARA A RENOVAÇÃO DO MARXISMO
NOS ANOS 50 E 60.**

Fosse necessário se resumir a forma de como Gorz enfrentou e respondeu teoricamente a complexidade do capitalismo que se consolidou pós-45, certamente, estas passagens seriam ilustrativas:

"A batalha cultural para uma concepção do homem, da vida, do ensino, do trabalho, da civilização é a condição de sucesso de todas outras batalhas para o socialismo, pois que fundamentam seu significado. Mas, para ser levada, essa batalha supõe que o movimento operário abandone toda pretensão obreirista e todo esquematismo, que restabeleça a pesquisa e a criação teórica em sua autonomia e em seus direitos, que deixe que se desenvolva livremente todos os debates, que não subordine a teoria à oportunidades táticas efêmeras. Nunca teve uma necessidade tão grande de teóricos, nunca, na França, foi tão pobre, abandonando imensos campos de pesquisa potencialmente criadora a sociólogos empiristas, abandonando ao mesmo tempo ao neocapitalismo o cuidado de forjar uma ideologia de consolo e de justificativa para camadas continuamente crescentes de trabalhadores não-manuais.

Se o marxismo - como humanismo da **práxis** e do livre desenvolvimento do homem - quisesse jogar perdendo, não se encararia de outra maneira. De fato, tem tudo para ganhar apoderando-se de todos os problemas e enriquecendo-se na medida em que contém contribuições concretas, das correntes de pesquisa levadas à sua margem ⁹ (negrito nosso).

Pode-se, aqui, apreender a abrangência das preocupações de Gorz. Para a ultrapassagem do capitalismo, estruturado de uma nova forma, e a conseqüente construção de uma outra **socialidade**, urgia superar uma série de vícios do movimento operário, tais como: o basismo, as concepções dogmáticas, o taticismo, a falta de democracia, etc.. Estas mudanças, longe de decorrerem de uma mera transformação no comportamento do movimento operário, eram concebidas subordinadas a uma retomada da reflexão teórica que há muito havia sido esquecida e, por isso mesmo, desprezada. Além de permitir uma intervenção política mais consciente e eficaz, afastando a inércia que se instalara nas concepções socialistas, esta reflexão possibilitaria à sociedade - principalmente aos setores explorados e oprimidos - vislumbrar uma alternativa de saída, diversa daquelas apresentadas por pensadores conservadores e liberais, dos impasses colocados pelo capitalismo desenvolvido. Os resultados a que chegavam esses pensadores, para Gorz, não deviam ser desprezados, mas tomados **criticamente** como ponto de partida.

⁹ GORZ, A. Estratégia Operária e Neocapitalismo, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1968, p. 138. (Editado na França em 1964).

Neste sentido, o empreendimento de Gorz se centrou em torno de um núcleo: a tradição marxiana e marxista. Principalmente, era necessário retomar as contribuições de Marx para, a partir delas, apreender criativamente a forma e a estrutura do que designava por *neocapitalismo*. Ao mesmo tempo, em sentido inverso, Gorz ressaltava que a admissão das transformações do capitalismo era um procedimento que ajudaria a salvar o marxismo do monocórdico dogmatismo e restabelecê-lo como instrumental teórico imprescindível ao movimento operário¹⁰. Só assim seria possível sair do estado de paralisia que o stalinismo impusera ao marxismo, pois a defesa cega e a propaganda apologética da URSS haviam impossibilitado que os partidos desenvolvessem reflexões acerca de suas respectivas realidades nacionais.¹¹

¹⁰ "O caminho mais fácil, como bem sabemos, consiste em "salvar o marxismo", negando que haja mudado algo nos processos estudados por Marx. Se sustenta, a qualquer preço, e contra a evidência, a validade da lei da pauperização absoluta nos países capitalistas desenvolvidos, a necessidade de crises catastróficas. Só que, ao proceder assim, se reduz o marxismo à um dogma e o converte numa ideologia moribunda: superada por realidades que não se quer perceber, o marxismo se converte em um idealismo sem influência sobre elas". GORZ, A. *Historia y Enajenación*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1964, p. 207. Este título não corresponde ao da edição original francesa, nomeado *La Morale de L'histoire* e publicado em 1959.

¹¹ *Ibidem*, pp. 214/215. Além disso, para Gorz, face à falta de liberdade na URSS durante o stalinismo, motivado em parte pela escassez de uma sociedade que prometia a redenção humana, interpretação com um forte viés sartreano, "o marxismo como crítica às alienações e como projeto positivo de desalienação, ficou impraticável". *Ibidem*, p. 223.

1.1. O debate em torno do método de Marx

- Em busca da reposição do método

A reposição do método de Marx, neste contexto, era colocada como uma tarefa imprescindível e inadiável.¹² Isto porque, compartilhando a visão husserliana de Sartre, Gorz analisava que o marxismo havia chegado a paradoxal situação em que seus teóricos, longe de terem uma real compreensão do legado de Marx, desconheciam seus fundamentos. O **desdobramento desta limitação, como consequência, era uma operacionalização teórica do marxismo incapaz de elaborar uma auto-explicação.** O marxismo, assim, encontrava-se em descompasso consigo mesmo.¹³

Como primeira aproximação, para compreendermos a verdadeira dimensão e significado desta busca pela reposição do método de Marx, é interessante verificarmos a concepção de conjunto que Gorz tinha da obra desse. Na polêmica em torno da forma de crítica que se poderia e deveria fazer ao caminho seguido pela URSS, Gorz, por exemplo, **rechaçava a visão mecanicista do marxismo que prognosticava um processo histórico objetivamente necessário.** De início ele dizia:

"...diferindo-se das demais filosofias da história, Marx não se limitou a predizer um futuro às custas de análises lógicas para concluir: 'Eis aqui o que os espera, gostem ou não'. Diferentemente das filosofias da História de tipo cosmológico, teológico ou 'científico', a sua filosofia era humanista: Marx não nos incitava a ir no sentido da história, porque esse sentido fosse fatal; nos incitava a ir, porque esse sentido era **o nosso**"¹⁴.

¹² Esta é uma das principais teses que norteiam a obra de Sartre, **Questão do Método**. Segundo ele, "o que faz que não sejamos muito simplesmente marxistas? É que consideramos as afirmações de Engels e Garaudy princípios diretores, indicações de tarefas, problemas e não verdades concretas; é que elas nos parecem insuficientemente determinadas e, como tais, suscetíveis de numerosas interpretações: numa palavra, é que elas nos parecem como idéias reguladoras. Os marxistas contemporâneos, ao contrário, acha-as claras, precisas e unívocas; para ele, elas constituem *já um saber*. Pensamos, ao contrário, que resta tudo a fazer: é preciso encontrar o método e constituir a ciência" (negrito nosso). SARTRE, J. "Questão de Método", op. cit., p. 127.

¹³ GORZ, A. "Sartre e Marx" in **Teoria e Prática**, S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1967, p. 66. Este texto, originalmente publicado em 1965, na **Crítica Marxista** e na **New Left Review**, foi posteriormente incluído no livro **O Socialismo Difícil**, publicado em 1967.

¹⁴ GORZ, A. **Historia y Enienación**, op. cit., p. 8.

Havia, aqui, uma recusa da justificativa de todos os desmandos autoritários na construção do socialismo na URSS e do seu poder sobre os países do Leste europeu, os quais tinham sido praticados em nome de um **objetivismo histórico**. É por isso que Gorz concluía da seguinte forma:

"... com efeito [para Marx], o futuro comunista estava fundado ... na lógica dos fatos ... e na exigência humana. Mais precisamente: Marx previa que o capitalismo se converteria em uma negação do homem tão radical e universal que provocaria contra ele a reunião revolucionária da totalidade da humanidade negada. O desenvolvimento do capitalismo podia, a rigor, comparar-se a um processo natural; o comunismo, ao contrário, era apresentado por Marx como o reverso de um processo natural: com **negação da negação** - como empresa ... para reorganizar de acordo com os fins próprios dos homens as forças inumanas que eles criavam"¹⁵.

Esta caracterização da teoria marxiana se contrapunha e negava concebê-la, dentre outros, como um simples método científico. Esta teoria deveria, segundo Gorz, ser considerada um **instrumento intelectual** que permitisse uma ação social consciente, eliminando a **impotência** da humanidade sobre seus destinos.

Contudo, além da avaliação, que objetivava revelar a contemporaneidade desta teoria, havia nesta passagem uma implícita concepção dos fundamentos metodológicos marxianos. Estes, como podemos depreender numa análise percuciente, não eram compreendidos a partir de uma preponderância absoluta do social, o qual, por ser regido por **leis objetivas**, condicionaria toda a trajetória da história humana. Gorz, diversamente, tentava ressaltar que, metodologicamente, Marx tinha como ponto de partida prioritário as ações dos homens, os empreendimentos dos indivíduos. A definição do marxismo como uma *filosofia humanista* e, coerente com esta idéia, a indicação de que *o sentido da história somos nós que estabelecemos*, bem como a compreensão do *capitalismo como um processo natural* e o *comunismo como uma empresa dos próprios homens*, expressavam bem este veio interpretativo.

Esta centralização nas ações dos indivíduos era que possibilitaria aquela auto-compreensão do marxismo que acima aludimos, pois que tornava a dialética factível de inteligibilidade. Dialética esta que se negava a ser simples

¹⁵ Ibidem, pp. 9/10.

extensão de uma *dialética da natureza*, a qual através de leis gerais, totalizaria a história humana externa a essa. Sem uma base identificável, esta dialética derivada, só poderia explicar seus fundamentos de um ponto de vista religioso e dogmático. Daí porque, para Gorz, "... a dialética não tem base a menos que o indivíduo... possa fazer a experiência dela em termos de si mesmo e de sua própria práxis"¹⁶. Era este "privilégio" do indivíduo que daria sentido à dialética. A interpretação dos fundamentos marxianos, decorreria do aspecto de "... que não há certeza, significado, compreensão a não ser para alguém"¹⁷.

Esta reposição e ênfase no indivíduo, não implicava compreendê-lo como uma mônada, de tratá-lo de modo atomizado. Este indivíduo, na argumentação sartreana de Gorz, tinha que ser tomado, extrapolando-se, em relação com outros indivíduos e com determinada característica histórica. O ato de relevar o indivíduo, neste sentido, não tinha como fim prender-se à auto-percepção e representação desse - **representação para si e em si mesmo**.

Somente com esse delineamento do indivíduo, então, seria possível à dialética desvelar a inteligibilidade da história. E por quê? Em primeiro lugar, em razão de que a busca da compreensão da história se constitui por meio do ato

¹⁶ GORZ, A. "Sartre e Marx", op. cit., p.68. Era a partir desta perspectiva que Sartre concebia o marxismo e rejeitava algumas interpretações. Assim, para ele, "... o marxismo concreto deve examinar a fundo os homens reais e não dissolvê-lo num banho de ácido sulfúrico. Ora, a explicação rápida e esquemática da guerra [que a França levou a efeito após sua revolução] como operação da burguesia comerciante faz desaparecer estes homens que conhecemos bastante, Brissot, Guadet, Gensonné, Vergniaud, ou os constitui, em última análise, como instrumentos puramente passivos de sua classe". SARTRE, J. "Questão de Método", op. cit., pp. 130/131. Mais a frente acrescenta ainda o seguinte comentário: "este marxismo prguioso [que perde de vista a particularidade] põe tudo em tudo, faz dos homens reais os símbolos de seus mitos: assim transformam-se em sonho paranóico a única filosofia que pode realmente apreender a complexidade do ser humano. "Situar", para Garaudy, é estabelecer uma relação entre, de um lado, a universalidade de uma época, de uma condição, de uma classe, de suas relações de força com as outras classes e, de outro, a universalidade de uma época, de uma condição, de uma classe social ou concepção ideológica. **Mas este sistema de correspondências entre universais abstratos é construído propositadamente para suprimir o grupo ou o homem que se pretende considerar**"(grifo nosso). Ibidem, p. 135.

¹⁷ GORZ, A. "Sartre e Marx", op. cit., pp. 69. Gorz, um pouco mais a frente, enfatizava com agudeza esta perspectiva quando afirmava que: "De fato, qualquer discurso sobre o Ser que tente abstrair daquele que o pronuncia e tente apreender o Ser para além da situação cognitiva (isto é, das relações práticas) daquele que o faz, é implicitamente um discurso metafísico: pretende se pronunciar sobre o Ser na ausência dos homens. **Qualquer certeza à qual falte o critério de ser certa para mim (de ser evidência) com base na experiência vivida, é um ato que cedo ou tarde conduz ao dogmatismo.**"

do sujeito debruçar-se sobre uma multiplicidade de práxis, as quais são totalizações parciais e conscientes de si mesmas. Segundo, de modo correlato, a dialética revelaria a história como síntese dessas diversas totalizações, que nascem da práxis de cada indivíduo. O que significava dizer, com outras palavras, que

"... o conhecimento totalizante deve ser homogêneo com a totalização que ele conhece e, a totalização conhecida deve incluir um conhecimento de si mesma (ou a permanente possibilidade desse conhecimento) como sua própria estrutura"¹⁸.

A dialética, como corolário, tornar-se

"... para o indivíduo que a compreende a lógica viva de sua própria práxis, na medida em que esta opera a totalização da diversidade e é totalizada pela práxis dos outros"¹⁹.

Haveria, assim, uma sincronia entre a ação do sujeito cognoscente (munido da dialética) e o seu objeto de reflexão.

Partindo desta perspectiva, Gorz acreditava que a dialética deixava de ser um método nebuloso, esotérico e transformava-se num método de transparência cristalina. Além do que, na medida que eliminava a idéia de ser uma **dialética derivada**, este método, assim concebido, claramente delimitava - no interior da sociedade - a zona onde poderia ser aplicado.

O privilégio atribuído ao indivíduo, pois a partir dele poder-se-ia constituir a inteligibilidade histórica, recusava, diretamente, a idéia de que esse fosse um simples ser condicionado. Com esta concepção, Gorz combatia o marxismo obtuso, fundado num *determinismo férreo*. Ele recusava ainda a perspectiva engelsiana de **Ludwig Feuerbach E O Fim da Filosofia Clássica Alemã**, pois avaliava que nesta obra era priorizado o estudo das *leis imanentes* em detrimento das *motivações dos indivíduos*. Mostrava que o marxismo não foi elaborado

¹⁸ GORZ, A. "Sarte e Marx", op. cit., p. 70. Esta compreensão do movimento de totalização, segundo Sartre, inexistia no marxismo àquela época. Assim, ele afirmava que "pensar, para a maioria dos marxistas atuais, é pretender totalizar e, sob este pretexto, substituir a particularidade por um universal; é pretender conduzir-nos ao concreto e apresentar-nos sob este título, determinações fundamentais mas abstratas". SARTRE, J. "Questão de Método", op. cit., p. 133.

¹⁹ GORZ, A. "Sarte e Marx", op. cit., p. 70.

com a finalidade de estudar a práxis petrificada, objetivada e transformada em meio inerte. "A originalidade do marxismo...", assim, decorreria do aspecto de

"... que não se reduz a uma teoria científica dos **processos** sócio-econômicos. Esses **processos**, pelo contrário, bem como suas leis, não lhe interessam à medida que sejam *explicações* rigorosas do 'curso do mundo'; lhe interessam, sobretudo, à medida que permitem compreender a *contradição* que se desenvolve "inexoravelmente" entre os *finis* dos indivíduos e os *resultados* que produzem"²⁰ (grifos nosso).

Neste sentido, a *práxis coagulada* em meio inerte, quando considerada, deveria ser tomada como produto dos indivíduos e onde esses se movem. Este meio, assim, estabeleceria os parâmetros das ações e relações entre os indivíduos, demarcando as possibilidades e as limitações dessas.

O estudo desta *práxis coagulada*, por conseqüência, só poderia ser incorporada, ganhando com isso relevância, enquanto instrumento complementar para a compreensão da ação dos indivíduos. Esta última, para Gorz, era que constituía a verdadeira e única esfera em que a *razão dialética* (o marxismo) poderia ser aplicada.

Compartilhando com a perspectiva sartreana, Gorz argumentava que a práxis sedimentada em processos inertes - sociais e econômicos - poderiam ser objeto de estudo de uma outra razão, no caso a *razão analítica*.

"Este tipo de razão pode ser aplicada à circulação monetária ou à acumulação de capital, por exemplo, exatamente na medida em que estas são práxis tornadas passivas na exterioridade inerte, voltadas contra os agentes e governando-os de fora segundo leis inflexíveis, insuperáveis"²¹.

Ou seja, esta razão, nesta esfera em que é aplicada, por meio de seu instrumental, conseguiria detectar com minúcia as estruturas componentes desses processos, detalhar como funcionam, como também as leis que os regem. Esta *razão analítica*, apesar desta eficácia, para Gorz, seria incapaz de apreender a "fundação desses processos"²², da práxis que os constitui e é por eles dominados. Escaparia a ela, portanto, a *práxis constitutiva* - aquela que

²⁰ GORZ, A. *Historia y Enajenación*, op. cit., p. 110.

²¹ GORZ, A. "Sartre e Marx", op. cit., 71.

²² *Ibidem*.

nasce da ação dos indivíduos -, o que inviabilizava que os referidos processos sociais e econômicos ganhassem inteligibilidade.

Podemos, a partir de tudo o que já foi dito, chegar a seguinte conclusão: a *razão dialética*, para Gorz, recuperada em seus fundamentos, daria inteligibilidade à história, desvelando suas "estruturas práticas elementares e formais". Esta razão, além do que, seria capaz de explicitar a dinâmica dessas estruturas e as relações entre elas. A história como processo constituído, por seu turno, ao mesmo tempo que não poderia alcançar inteligibilidade em si mesma, seria objeto, nesta proposta metodológica, da *razão analítica*. Assim, ao mesmo tempo que a sociedade seria constituída por duas esferas, relacionadas mas distintas, seriam necessários dois instrumentos de análises diversos²³.

Esta empresa de Gorz para repor o método de Marx, em particular sua concepção de dialética, merece, antes de passarmos aos seus desdobramentos, ser objeto de alguns comentários.

- Os problemas de uma concepção metodológica fundada no indivíduo.

Como podemos observar na sinóptica apresentação feita acima, a retomada da dialética só seria possível à medida que esta tivesse, antes de mais nada, o indivíduo e sua ação como fundamento. Ao caminhar nesta perspectiva, Gorz, como Sartre, terminava privilegiando a concepção de dialética presente nos primeiros trabalhos de Marx em detrimento daquela que foi incorporada e utilizada nos *Grundrisse* e, principalmente, n' *O Capital*.

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, por exemplo, na crítica que fez ao idealismo de Hegel, Marx apoiava-se teoricamente no antropologismo

²³ Embora possa ser argumentado que esta concepção da dialética pertencesse à Sartre, e não à Gorz, este último, na breve apresentação (*Advertência*) que faz de *O Socialismo Difícil*, chama a atenção sobre a Terceira Parte, onde aí foi incluído o texto acima já citado "Sartre e Marx", afirmando que: "a última parte, dedicada a Sartre e particularmente à sua *Crítica da Razão Dialética*, indica algumas chaves do andamento que seguimos" (negrito nosso). GORZ, A. *O Socialismo Difícil*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1968, p. 9.

feuerbachiano²⁴. Naquele momento, a afirmação do homem - enquanto indivíduo - como fundamento era tomada como imprescindível, pois legitimava a base real/efetiva da sociedade em relação a abstração filosófica, rompendo com a visão hegeliana que argüia a existência pretérita da sociedade - enquanto moral, costumes, leis, religião e Estado - frente ao homem, Marx defendia que o indivíduo, em sua singularidade, seria o primado da vida social²⁵. Daí por que, além de outros aspectos, segundo ele, o grande mérito de Feuerbach foi o de "ter fundado o *verdadeiro materialismo e a ciência real*, ao fazer igualmente da relação social 'de homem a homem' o princípio fundamental da teoria"²⁶. O que significava defender uma **positividade** que partia e fundamentava-se sobre si mesma - ou seja, no homem, opondo-se assim à subjetividade da **idéia** hegeliana: a negação da negação. Noutras palavras: em nome do homem em sua efetividade buscava-se cancelar a especulação idealista.

Como veremos mais abaixo, essa crítica a Hegel, posteriormente, seria em parte abandonada por Marx. Em particular o *antropologismo*, pedra angular da

²⁴ Com relação ao fenômeno da alienação, José P. Netto, partindo da premissa do peso da influência do materialismo de Feuerbach sobre os **Manuscritos**, difere esses da posterior crítica da economia política do seguinte modo: "O que distingue a impostação marxiana no enfoque da alienação, em 1844, da tematização ulterior do *fetichismo* é a *concretização histórico-social* a que Marx submete o objeto da sua investigação. **A partir de 1857-1858, está dissolvida a antropolatria** (negrito nosso). NETTO, José P. *Capitalismo e Reificação*, S. Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1981, p. 61.

²⁵ "Nesse trabalho [os **Manuscritos**]... anuncia-se... o esforço incessante de Marx para deduzir a vida da sociedade a partir da natureza da atividade do indivíduo singular (ou melhor, do indivíduo singular *que produz*) e para derivar as relações econômicas a partir da relação entre o trabalhador e sua atividade, de acordo com um ponto de vista metodológico segundo o qual é o indivíduo que, num certo sentido, constitui o momento primário dessa unidade... O fundamento teórico dessa concepção não é difícil de descobrir. A sociedade nada mais é que a soma das relações dos indivíduos singulares; por outro lado, - e aqui está a tese substancialmente nova dos **Manuscritos** -, essas relações são em existência e condicionadas pela produção material do indivíduo. Marx pode então concluir que *as referidas relações sociais que intercorrem entre os indivíduos se apresentam como manifestações da relação do indivíduo que produz como sua atividade*... Nos **Manuscritos**, Marx analisa na prática tão-somente a relação abstrata do trabalhador *singular* com o capitalista *singular*." MARKUS, G. *Teoria do Conhecimento no Jovem Marx*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1974, pp. 33/34.

²⁶ Os outros dois méritos de Feuerbach, no caso o 1º e o 3º, seriam respectivamente para Marx:
"Ter provado que a filosofia nada mais é do que a religião trazida para o pensamento e exposta pensadamente; uma outra forma, outro modo de existência da alienação do ser humano; e que também se deve condenar;

retomada metodológica do marxismo perseguida por Satre e Gorz, seria eliminado dos *Grundrisse* e d'O *Capital*. Nestas obras, todavia, Marx manteve algumas críticas a Hegel elaboradas nos *Manuscritos*.

O elo de ligação entre essa obra de juventude e aquelas da maturidade localiza-se na permanência da compreensão de que o movimento hegeliano do *conceito* é, apesar de sua aparência diversa, acrítico e legitimador das contradições reais. Um dos erros que conduz Hegel a tal perspectiva, segundo Marx, ocorre .

"Quando ele concebe, por exemplo, a riqueza, o poder estatal, etc., como essências alienadas para o ser humano, isto só acontece na sua forma de pensamento. São seres do pensamento e por isso simplesmente uma alienação do pensamento filosófico puro, isto é abstrato. Todo movimento termina assim com o saber Absoluto. É justamente do pensamento abstrato que estes objeto se alienam, e é justamente ao pensamento abstrato que se opõem com sua pretensão à efetividade... Toda a *história da exteriorização* e toda *retomada* da exteriorização não é assim senão a *história da produção* do pensamento abstrato, isto é, Absoluto do pensamento lógico e especulativo. A *alienação*, que constitui, portanto, o verdadeiro interesse dessa exteriorização e superação desta exteriorização, é a oposição entre o *em si* e o *para si*, a *consciência* e a *autoconsciência*, o *sujeito* e o *objeto*, isto é, a oposição, no interior do próprio pensamento, entre o pensamento abstrato e a efetividade sensível ou a sensibilidade efetiva. Todas as demais oposições e movimentos destas oposições são apenas *aparência*, o *invólucro*, a figura *esotérica* destas oposições, as únicas interessantes que constituem o sentido das restantes profanas oposições. O que vale como essência posta e a superar da alienação não é que o ser humano se *objetive desumanamente*, em oposição a si mesmo, mas sim que se objetive *diferenciando-se* do pensamento abstrato e em oposição a ele"²⁷.

Mostra essa passagem que as contradições que se processam na realidade humana eram por Hegel transferidas e resolvidas no movimento do *conceito*. É nesta linha de análise que Marx critica que para Hegel a *alienação*, à medida que não era tomada como "objetividade desumanizante", mas como uma oposição do objeto ao pensamento abstrato, só seria ultrapassada através da reconquista desse objeto pelo pensamento. Assim, em Hegel, as contradições reais transformam-se em contradições do pensamento, em que somente aí

"Ter oposto à negação da negação, que pretende ser o absolutamente positivo, o positivo a descansar sobre si mesmo e a fundar-se positivamente em si." MARX, K. "Manuscritos Econômicos-Filosóficos" in *Coleção Os Pensadores*, S. Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 34.

²⁷ *Ibidem*, p. 36.

poderiam ser superadas. Como consequência, para Marx, Hegel convertia e apontava as contradições efetivas, do mundo real, em simples aparências.

"... Por isso, já na *Fenomenologia* (apesar do seu aspecto totalmente negativo e crítico, e apesar da crítica efetivamente nela contida, que com frequência se adianta muito ao desenvolvimento posterior) está latente como germen, como potência, como um mistério, o positivismo acrítico e o igualmente acrítico idealismo das obras posteriores de Hegel, essa dissolução e restauração filosófica da empiria existente"²⁸.

A transformação das contradições reais em contradições do pensamento, e as do pensamento em reais faziam com que a crítica de Hegel fosse aparente, o que acabava por mistificar a realidade efetiva. Com isso, o auto-movimento do conceito, alcançando o saber Absoluto, mesmo concebendo-se como momento de superação do empírico, segundo Marx, na verdade reiterava-o. A imediatidade empírica, em Hegel, era deixada intacta, imaculada. Esta crítica de Marx, 30 anos depois, n'O Capital, mesmo sendo reconhecido que a mistificadora dialética de Hegel não a "impediu de apresentar as formas gerais do movimento", é reafirmada. A ênfase dada à necessidade de pôr a dialética de "... cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico"²⁹ ia nesse sentido. O ato operatório de inversão desta *dialética mistificada*, em seu sentido estrito, possibilitava desvelar a verdadeira contradição da realidade, fundada em relações alienadas pelo e por meio do capital. Deste modo, neste aspecto específico, antes de ruptura, há n'O Capital uma linha de continuidade da crítica do jovem Marx a Hegel que não deve ser minimizada, mas valorizada³⁰.

Mas se esta continuidade deve ser considerada, há algo de novo n'O Capital que difere das primeiras reflexões marxianas e que, por exercer um forte

²⁸ Ibidem, p. 36.

²⁹ MARX, K. *O Capital*, Livro 1, Vol. I, 7ª edição, Rio de Janeiro, Difel, 1982, p. 17.

³⁰ Esta ideia é defendida por Marcos Lutz Müller quando ressalta a importância de se "reler O Capital também numa perspectiva de continuidade da crítica do jovem Marx a Hegel, particularmente da crítica ao duplo aspecto mistificador do idealismo: ao aspecto "positivista", enquanto dado imediato, o existente, transfigurado pela especulação, é assumido acríticamente e ratificado em sua positividade pelo sistema, e ao aspecto especulativo, propriamente idealista, enquanto resolução harmonizante das contradições numa unidade essencial, que se torna para Marx aparente, ideológica". MÜLLER, Marcos L. "Exposição e Método Dialético Em O Capital" in *Boletim SEAF*, nº 2, Belo Horizonte, 1982, p. 26.

ascendente sobre toda obra, não pode ser reduzido a algo menor. Aí a **dialética** ganha mais um sentido. Ela, n'O **Capital**, conforma-se num *método de exposição* que, de modo concomitante, apresenta a crítica da economia política e revela relações sociais fundadas no movimento de auto-valorização do capital. Este conceito da **dialética**, apesar de sua importância, foi desprezada pela dogmática visão do marxismo-leninismo, que reduziu e canonizou-a em três leis, bem como foi suprimida dos horizontes das *concepções humanistas*,³¹ como em Sartre e Gorz.

Partindo de uma releitura da **Ciência da Lógica**, de Hegel, a adoção desta concepção da **dialética** ocorre nos **Grundrisse** no momento em que Marx define o instrumento que lhe seria útil na apresentação do material coligido e pesquisado e de eixo de desenvolvimento d'O **Capital**³². Ela aparece nas anotações intituladas *O Método da Economia Política* delineada como o método, "cientificamente exato", que reconstrói o real indo do abstrato ao concreto.

Dois aspectos são importantes de serem relevados nesta opção metodológica adotada por Marx n'O **Capital**. O primeiro relaciona-se ao seu verdadeiro significado. A concepção da **dialética** como *método de exposição*, deste ponto de vista, não pode e nem deve ser confundida com o trabalho pesquisa. O próprio Marx, de forma explícita, faz, no *Posfácio da 2ª Edição*, uma clara diferenciação entre *método de investigação* e *método de exposição*. Para ele,

"É mister, sem dúvidas, distinguir, formalmente, o **método de exposição** do **método de pesquisa**. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que

³¹ "...Nenhum dos elementos constitutivos ou dimensões da dialética como método foi tão atingida por esta dissolução teórica e soterrada pelo esquecimento quanto a caracterizada pelo conceito de "exposição" ("**Darstellung**"), que indicava para Hegel e para o Marx d'O **Capital** a explicitação racional imanente do próprio objeto e a exigência de só nela incluir aquilo que foi adequadamente compreendido." Ibidem, p. 17.

³² A importância da **Ciência da Lógica** sobre a estrutura d'O **Capital** é ressaltada por Marx, em janeiro de 1858, numa carta à Engels. Nela ele diz: "...Fiz magníficas descobertas. Por exemplo, captei no ar toda a teoria do lucro, tal como existia até agora. No MÉTODO de elaboração do tema há algo que me prestou grande serviço: por pura causalidade [*by mere accident*], havia voltado a folhear a **Lógica** de Hegel. (Freiligrath encontrou alguns livros de Hegel que havia pertencido a Bakunin e os enviou-me como presente)." MARX, K. & ENGELS, F. Cartas Sobre El Capital, Barcelona, Editorial Laia, 1974, p. 68.

há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada..."³³ (negrito nosso).

Desta distinção, segundo Kosik, deve-se inferir que, enquanto o *método de investigação*, como procedimento pretérito, não tem nenhuma determinação que ordene seu ponto de partida, sendo por isso **arbitrário**, o *método de exposição* parte de um ponto **necessário**, que é imprescindível para o conjunto da reflexão que busca desvelar as conexões do real e alcançar sua concreticidade por meio de uma síntese. (O início d'**O Capital** com a *mercadoria* tem este sentido: ela não é só a célula primeira da sociedade burguesa e/ou a categoria mais simples, ela é o ponto de partida em virtude de trazer consigo - de modo pressuposto - as mediações mais complexas)³⁴.

A especificidade desta síntese, que a diferencia do legado hegeliano de que é herdeira, nos conduz ao outro aspecto que deve ser relevado. Antes de tudo, é importante não se perder de vista que o *método de exposição* está inserido no elo que vincula os **Manuscritos** ao **O Capital**. Isto significa dizer que ele é um método eminentemente crítico. Assim, o desenvolvimento da exposição

³³ Marx, mais à frente, ainda argumenta que o seu "método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto... Critiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação, há quase 30 anos, quando estava em plena moda. Ao tempo em que elaborava o primeiro volume de "O Capital", era costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres, que pontificavam, nos meios cultos alemães, comprazerem-se em tratar Hegel, tal e qual o bravo Moses Mendelssohn, contemporâneo de Lessing, tratara Spinoza, isto é, como um "cão morto". Confessei-me, então, abertamente discípulo daquele grande pensador, e, **no capítulo sobre a teoria do valor, joguei, várias vezes, com seus modos de expressão peculiares**"(negrito nosso). Marx, K. *O Capital*, Livro I, Vol. I, op. cit., pp. 16/17.

³⁴ A importância de se ter claro a distinção, n'**O Capital**, entre *método de investigação* e *método de exposição*, e do início *arbitrário* do primeiro e da *necessidade* que preside o ponto de partida do segundo, é salientado por Kosik do seguinte modo: "Na interpretação da obra [**O Capital**] de Marx, a indistinção e até mesmo a confusão entre o início da investigação e o início da interpretação dão origem a erros banais e ridículos. Na investigação o início é arbitrário, enquanto a exposição é *explicitação da coisa* justamente porque a apresenta no seu desenvolvimento e na sua evolução *interna e necessária*. Aqui um início verdadeiramente autêntico é um início necessário, a partir do qual se desenvolvem *necessariamente* a demais determinações. Sem um início necessário, a interpretação nunca é desenvolvimento, explicitação: é combinação eclética ou um contínuo saltar de um assunto para outro; ou então no final não se opera o desenvolvimento interno e necessário da *coisa em si* mas o desenvolvimento do reflexo da coisa, da mediação sobre a coisa, o que - no tocante à coisa - é algo externo e arbitrário. **O método da explicitação não é um desenvolvimento evolucionista, é desdobramento, manifestação e "complicação" das antíteses, é desdobramento da coisa por intermédio das antíteses**"(negrito nosso). KOSIK, K. *Dialética do Concreto*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976, p. 32.

se faz apresentando criticamente as categorias da economia política que foram previamente analisadas, o que permite revelar as mediações imperceptíveis na realidade empírica, bem como ultrapassar as *análises abstratas* daquela ciência social. Este acento crítico da exposição marxiana não só a diferencia, mas fundamenta-se em duas outras características que estão ausentes na de Hegel. Marx, por um lado, recusa tomar a exposição como um auto-movimento, o que possibilitava Hegel constituir "um projeto de auto-fundação da razão". Para ele, se é pela via do pensamento que se chega à síntese do real, isto significa unicamente

"... a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo de gênese do próprio concreto..."³⁵.

"O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível... O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente"³⁶.

Neste sentido, em Marx, o movimento de exposição, alcançando a concreticidade do real, apresenta o capital, não auto-fundando-o, mas como uma relação social, histórica, que influencia as mais recônditas esferas da vida social. Esta permanência do real subsistindo na exposição, por outro lado, trás consigo ainda outra característica que distancia Marx de Hegel. No *método de exposição* marxiano, contrariamente ao hegeliano, a síntese produzida pelo pensamento, pela razão, não perde de vista o conhecimento empírico (o entendimento), sendo por ele vigiado. Mais ainda: segundo Ruy Fausto, n' *O Capital* a razão dialética,

³⁵ MARX, K. "Para a Crítica da Economia Política" in *Coleção Os Pensadores*, S. Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 117.

³⁶ Ibidem. Sobre a especificidade do **método de exposição** em Hegel e em Marx, Marcos Lutz Müller faz a seguinte comparação: "...enquanto na **Ciência da Lógica** a exposição das determinações progressivas do pensamento puro, enquanto conceito, é simultaneamente o processo de sua autodeterminação e de sua auto-realização, até ele emergir como sujeito último e atividade pura (idéia) que perpassa todo o processo como seu método (WL, II, 484 e 486), n' *O Capital*, que tematiza uma relação social inserida na materialidade da produção, a *exposição* enquanto método não é ela mesma, simultaneamente, nem o processo de constituição histórica dessa relação, nem o processo de sua reprodução enquanto sistema de produção capitalista. Por isso, a exposição marxiana reconstrói, no plano ideal, o movimento sistemático do capital enquanto diferente, logicamente, de sua emer-

presente no movimento de exposição, presta continuamente contas ao entendimento, enquanto que em Hegel, o que revela de modo efetivo seu idealismo, a razão dialética se autonomiza do saber das ciências empírico-analíticas, eliminando assim qualquer limitação de seu auto-movimento³⁷.

Esta concepção da dialética, como exposição que apreende as determinações do seu objeto, escapava e era oposto ao *método dialético* que Gorz perseguia e buscava recuperar. Isto em razão de que o indivíduo em sua efetividade, embora para Marx a sociedade devesse "figurar sempre na representação como pressuposição", deixa de ser o sujeito capaz de revelar a natureza do sistema. O que significa dizer que, na apresentação d'O Capital, mesmo não estando ausente, o indivíduo e suas ações submergem, desaparecendo do discurso. Esta *ocultação* do sujeito efetivo, antes de um deslize *logicista* da exposição dialética, decorre do próprio fundamento e do modo de ser do real. Nele, o indivíduo encontra-se subordinado a um outro sujeito, ao capital, que toma a *aparência de uma força autônoma*, capaz de mover-se - consubstanciando as relações sociais - a partir de uma vontade própria. O *antropologismo*, dos *Manuscritos*, é assim *desantropologilizado* e substituído, n'O Capital, pelo movimento de auto-valorização do capital.³⁸

gência e universalização históricas e diferente, como método, de sua reprodução real sistêmica"(itálico nosso). MÜLLER, Marcos L. "Exposição e Método Dialético em O Capital", op. cit., p. 21.

³⁷ "Livre, o entendimento em Hegel, é por isso impotente diante da dialética. Marx respeita mais o entendimento porque o respeita menos. Entenda-se: ele investe a dialética na economia política, o que significa não só que ele investe a razão dialética na ciência do entendimento, mas que, pelo mesmo movimento, ele faz com que o entendimento imponha seus limites à dialética. Não repensa, apenas, Smith e Ricardo a partir da dialética. Submete, também, a dialética às exigências do objeto tal como Smith e Ricardo o revelaram. **O pensamento de Marx é ao mesmo tempo crítica do entendimento pela dialética, como crítica da dialética pelo entendimento.** Este segundo movimento está ausente em Hegel... É porque a dialética marxiana se aventura nas terras do entendimento como entendimento...que ela sofre o contragolpe do entendimento e é obrigada a aceitar certos limites. De onde uma dialética que deve prestar contas ao entendimento"(negrito nosso). FAUSTO, R. *Marx: Lógica & Política*, Tomo II, S. Paulo, 1987, Editora Brasiliense, p. 173.

³⁸ "Esta positividade do sujeito se dissolverá na pseudo subjetividade do capital e no esvaziamento e na repressão da subjetividade individual pelo capital". MÜLLER, Marcos L. "Exposição e Método Dialético em O Capital", op. cit., p. 28.

Assim, a retomada de Marx do projeto hegeliano da **exposição dialética**, onde a *substância* como *sujeito* não era mais compreendido como processo de auto-realização do *conceito*, mas de auto-valorização do valor, do capital, que estava intimamente articulada com a conformação da sociedade moderna. O capital torna-se o fio condutor do discurso na medida em que produz e reproduz as relações sociais de produção. Ou seja, Marx suprime o indivíduo, que aparece como "sujeito negado" na apresentação d'O **Capital** a partir do "...diagnóstico histórico do capitalismo como modo de produção dominado pela **abstração real** do valor e do seu fundamento, o trabalho abstrato capitalizado"³⁹ (negrito nosso). Este diagnóstico, que precede a **exposição**, depara-se com uma sociedade em que as

"... relações sociais de produção estão dominadas por um universal [o capital] que se auto-adjudica uma subjetividade pseudo-concreta às expensas da atividade concreta dos indivíduos reais..."⁴⁰.

As ações dos indivíduos, ao contrário da perspectiva defendida por Gorz, não podem constituir-se no meio capaz de desvelar a natureza do sistema pois se encontram subsumidos a um outro sujeito, o capital, que, embora sendo produto delas, as domina.

A **abstração real** das relações de produção, enquanto capital, é quem verdadeiramente possibilita o elo entre as ações dos indivíduos. A própria característica que assume o trabalho, que Engels define como criador do próprio homem, expressa bem isso: a metamorfose da força-de-trabalho em mercadoria, fundada na liberdade pessoal e na constituição dos meios de produção em capital, faz com que o trabalho transforme-se em atividade indistinta e indiferente para o trabalhador. A ação laborativa do indivíduo, mesmo mantendo um substrato útil, tem sua dimensão concreta desbastada pelo capital, fazendo-a aparecer como uma potência sua - *trabalho abstrato* -, que lhe permite uma reprodução expansiva.

³⁹ Ibidem, p. 33.

⁴⁰ Ibidem.

A maturação intelectual de Marx, que desaguou na feitura d'O Capital, o permitiu compreender que a força universal do capital, aparentemente autônoma, absoluta no plano do *em si*, é quem, na realidade, impulsiona e dá o dinamismo da sociedade moderna. Daí por que, apesar do *fetichismo* a naturalizar, a relação social que constitui o capital contém as mediações capazes de revelarem a natureza do sistema. O conteúdo lógico da *exposição*, que conduz de uma categoria a outra, tornando possível a síntese, encontra-se no valor e no movimento de sua auto-realização.

Verificamos, a partir do que foi apresentado, que a identificação do capital como o efetivo sujeito da sociedade moderna, que faz dos indivíduos sujeitos "negados", não decorreu de uma recaída idealista de Marx para legitimar a dialética enquanto *método de exposição*. Ele assim procedeu em razão do poder real das relações sociais abstratas⁴¹, e não devido a um simples artifício teórico, pois, como argumenta Karel Kosik,

"... não é a teoria que determina a redução do homem à abstração; é a realidade mesma. A economia é um sistema e uma regularidade de relações nas quais o homem se transforma continuamente em "homem econômico". Mal o homem entra no reino da economia, logo se transforma. Mal entra em relações econômicas, logo se vê implicado - independentemente de sua vontade e de sua consciência - na conexão e na regularidade em que ele funciona como homem econômico; ele só existe e se realiza enquanto e na medida em que desempenha as funções do homem econômico. A economia é, assim, a esfera que tem a tendência para transformar o homem em homem econômico, visto que

⁴¹ A ascendência do dinheiro, enquanto expressão monetária do valor, sobre as relações entre os indivíduos, antes de ser uma *práxis coagulada*, que foge do âmbito da dialética como defende Gorz, Marx a considera como um aspecto que não pode ser secundarizado para a apreensão da dinâmica da sociedade moderna, bem como daquelas relações. E nesta perspectiva que, numa passagem dos *Grundrisse*, dentre muitas, Marx desenvolve a seguinte reflexão: "A dependência mútua e generalizada dos indivíduos reciprocamente indiferentes constitui seu nexos social. Este nexos social se expressa no *valor de troca*, e só nesta atividade é que ou o produto se transforma para cada indivíduo numa atividade ou num produto para ele mesmo. O indivíduo deve produzir, por um lado, um produto universal: o *valor de troca* ou, considerado este em si, isoladamente e individualizado, o *dinheiro*. Por outro, o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais, o possui quando é proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, leva-o no bolso. A atividade, qualquer que seja sua forma fenomênica individual, e o produto dela, qualquer que seja seu caráter particular, é o *valor de troca*, vale dizer, algo universal no qual toda individualidade, todo caráter próprio é negado e cancelado... O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, se apresentam aqui como algo alheio e como caráter de coisa frente aos indivíduos; não como sua condição de reciprocamente relacionados, mas como sua condição de subordinados às relações que subsistem independentemente deles e nascem do choque dos indivíduos reciprocamente indiferentes" (negrito nosso). MARX, K. *Elementos Fundamentais Para La Crítica De La Economía Política (Grundrisse) 1857 - 1858*, Vol 1, 14ª edición, México, Siglo Veintiuno Editores, 1986, p. 84.

o arrasta em um mecanismo objetivo que subjuga o homem e o assimila" ⁴²(negrito nosso).

O que significa dizer, ainda para Kosik, que

"O homem só é ativo na economia na medida em que a economia é ativa, isto é, enquanto a economia faz do homem uma determinada abstração: ela absolutiza, exagera e acentua determinadas qualidades do homem e prescinde de outras, porque são casuais e inúteis no âmbito do sistema econômico. Com isto torna-se evidente o absurdo das concepções que desligam "o homem econômico" do capitalismo como sistema... Como elemento do sistema, o *homo oeconomicus* é uma realidade" ⁴³ (negrito nosso).

Donde se conclui que: o capital, enquanto relação social abstrata, mesmo nascendo das relações que os indivíduos estabelecem entre si, transforma-se no meio que viabiliza a realização das mesmas ⁴⁴. A impessoalidade que permeia os vínculos da sociedade moderna expressa bem isto: para que as relações entre eles sejam realizadas, já que não há mais obrigações naturais de uma pessoa para com outra, é necessário o mercado, pois que só é possível nele e a partir dele tais relações.

Esta identificação do poder abstrato das relações sociais, do capital, sobre o conjunto das relações sociais de produção, era inconcebível dentro da proposta sartreana para a reconstrução do método dialético, que defendia Gorz. Sartre, pelo contrário, avaliava tal perspectiva marxiana como um retorno ao idealismo, sem qualquer respaldo na realidade. Marx, segundo ele,

"Considera o mercado como uma coisa e que suas inexoráveis leis contribuem para reificar as relações entre os homens, mas, quando de repente, ... **um passe de mágica dialético mostra-nos esta abstração monstruosa como o verdadeiro concreto** (trata-se, é claro, de uma sociedade alienada), enquanto os indivíduos (por exemplo, o trabalhador submetido às leis de bronze do mercado) caem, por sua vez, na abstração, acreditamos ter voltado ao idealismo hegeliano. **Pois a dependência do trabalhador**

⁴² KOSIK K. Dialética do Concreto, op. cit., pp. 84/85.

⁴³ Ibidem, p. 85.

⁴⁴ "O "valor" parece tornar-se uma propriedade da coisa, que com ele adentra o processo de troca e que é preservado quando a coisa deixa o processo. O mesmo é verdade para o dinheiro, capital e outras formas sociais das coisas. Sendo conseqüências do processo de produção, tornam-se seus pré-requisitos. A partir daí, essa determinada forma social do produto do trabalho serve não somente como "expressão" de um determinado tipo de relações de produção entre pessoas, mas também como "portadora" delas. A presença de uma coisa com uma determinada forma social nas mãos de uma dada pessoa, a induz a manter determinadas relações de produção e lhe infunde seu caráter social específico. (grifo nosso). RUBIN, Issak I. A Teoria Marxista Do Valor, S. Paulo, Ed. Polis, 1987, p. 37.

que vem vender sua força de trabalho não pode, em caso algum, significar que este trabalhador caiu na existência abstrata"⁴⁵ (negrito nosso).

O que queria dizer que, para Sartre, os indivíduos deveriam ser tomados, não só como pressuposto, mas como o elemento capaz de desvelar, por meio de suas ações, a natureza do sistema. Daí por que, o marxismo, para poder revelar a inteligibilidade da história, deveria centralizar seus estudos na relação do homem com seu "campo social" imediato, pois é neste contexto que ele "faz o aprendizado de sua condição".

Esta compreensão de Sartre do marxismo, que recusava considerar a *práxis coagulada* como dimensão importante, partia da seguinte fundamentação: a separação entre os homens e as coisas. Referencial teórico que influenciou as obras de Gorz dos anos 50 até o início da década de 70, havia nessa perspectiva teórica um matiz existencialista que priorizava o *projeto* em detrimento do *processo*, o *para si* frente ao *emsi*⁴⁶.

Foi sob esta ótica, como veremos a seguir, que Gorz buscou retomar a teoria da alienação de Marx, a qual respaldaria suas análises sobre o capitalismo tardio.

⁴⁵ SARTRE, J. "Questão de Método" op. cit. p. 145.

⁴⁶ "O Sartre marxizado definia *práxis* como "atividade humana intencional", uma tradução social do 'projeto': e, deitando fora quase todas as amarras objetivas da história social (as 'as condições objetivas' de Marx), fazia o 'projeto' triunfar sobre o 'processo'. A *práxis* sartreana é inimiga jurada do 'prático-inerte', de todas as objetivações alienantes da ação humana. Como tal, soa como o velho *pour-soi* às turras com todo e qualquer *en-soi*" (negrito nosso). MERQUIOR, José G. *O Marxismo Ocidental*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1987, p. 198. Sartre, de forma enfática defende o conceito de *projeto* no 3º capítulo de *Questão de Método*. Na parte final do referido capítulo ele afirma que: "... o homem define-se pelo seu projeto. Este ser material supera perpetuamente a condição que lhe é dada: revela e determina sua situação, transcendendo-a para objetivar-se pelo trabalho, pela ação ou pelo gesto". SARTRE, J. *Questão de Método*, op. cit., p. 177.

1.2. A centralidade do conceito de alienação no marxismo.

- A retomada do conceito de alienação.

A importância de analisarmos, aqui, a reposição que Gorz procedeu do conceito de alienação, decorre, não de uma escolha aleatória, mas de duas razões que são pertinentes ao que foi anteriormente discutido. De forma harmonizada, a retomada do tema da alienação processou-se no interior do esforço de recuperação das contribuições teóricas de Marx. Além disso, a reflexão em torno do fenômeno da alienação convergia com a perspectiva que Gorz tinha do método em Marx.

Assim, corroborando a análise anterior, podemos afirmar que Gorz priorizou uma parte da obra de Marx em detrimento da outra. Mais precisamente, o tema da alienação foi desenvolvido tomando como base principal os textos marxianos da juventude, em particular os **Manuscritos Econômico-filosóficos** e **A Ideologia Alemã**. Obras como **Para A Crítica Da Economia Política** e **O Capital** constituíam-se referenciais marginais nesta empresa teórica. Quando estas últimas obras foram raramente contempladas, Gorz assim procedia, concomitante a forte influência que recebia das concepções sartreanas, sob a perspectiva daquelas primeiras reflexões de Marx.

Podemos averiguar as conseqüências desta opção teórica nas características que ganhou, nas mãos de Gorz, o tema da alienação. Tais conseqüências explicitaram-se com força, ao mesmo tempo, tanto em nível dos fundamentos como nas análises particulares de determinadas situações sociais.

Todavia, como ponto de partida, para mais claramente compreendermos esta retomada do tema da alienação, urge realçarmos a relação que Gorz estabelecia entre este fenômeno e a reflexão de Marx. Esta associação revelava-se, em meio a avaliação que fazia da situação dessa teoria em fins da década de 50, na definição do marxismo "... como crítica às alienações e

empresa positiva de desalienação"⁴⁷. O legado de Marx, assim, era identificado como um instrumento com uma dupla função: por um lado, capaz de desvelar as causas que provocavam a constituição de um mundo estranho ao homem, por outro, podendo contribuir na construção de uma nova sociabilidade que realizasse este mesmo homem. Só assim, a ação humana alcançaria uma autonomia, antes inexistente, bem como um pleno domínio sobre seu mundo.

Tendo esta perspectiva como pano de fundo, Gorz desenvolveu uma reflexão muito particular sobre a alienação nas várias esferas da vida social. (Isto implicou, como mostraremos mais à frente, numa compreensão homogênea do conceito de alienação no interior da obra de Marx, o que tornou inviável, por exemplo, a contemplação das análises do *fetichismo* presentes n' *O Capital*).

Entretanto, antes de tudo, é necessário ressaltarmos que traços característicos Gorz apontava como capazes de identificarem a alienação sedimentada no cotidiano social. Para ele, em Marx, a alienação seria

"... uma **objetivação objetivada** de tal maneira que se encontra negada na sua finalidade própria em benefício de uma finalidade estranha (que pode ser, indiferentemente, a finalidade de outros homens ou a finalidade inumana de um processo)"⁴⁸ (negrito nosso).

O indício da alienação, nesta definição genérica, expressava-se na situação em que o homem ao exteriorizar seu ser, produzindo e constituindo sua realidade multidimensional, engendrava um situação adversa para si. As ações humanas, nestas circunstâncias, se não perdiam seu princípio ativo na viabilização da sociabilidade, encontravam-se cerceadas e/ou negadas pelos resultados que elas mesmas produziam.

Na verdade, esta concepção tinha estreitos vínculos com a compreensão de Gorz, que já mostramos, sobre o método de Marx. Ou seja, encontrava-se, implícito, na proposta de retomada teórica do tema da alienação, a distinção entre *práxis criativa* e *práxis coagulada*. Além disso, na interpretação de Gorz, o

⁴⁷ GORZ, A. *Historia y Enajenación*, op. cit., p. 223.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 62.

próprio fenômeno do homem produzir para si um mundo alheio e hostil ao seu ser expressava-se por meio da contraposição coatora da *práxis coagulada* em relação a *práxis criativa*⁴⁹. A sociedade, permeada pela alienação, assim, estaria constituída por uma dinâmica humana e uma realidade inumana⁵⁰.

Esta linha de reflexão permitiu Gorz estabelecer, no conceito de alienação, um dos elementos de diferenciação e ruptura entre Marx e Hegel. Isto porque, segundo ele, enquanto a alienação, para o expoente do idealismo alemão, era concebida como uma **objetivação do ser** que, ao firmar-se externamente na forma de objeto, aparecia como um "outro distinto", Marx ia noutra direção. Neste último, o conceito de alienação ao se explicar como uma **objetivação objetivada**, que tolhe e nega a ação autônoma que a cria e na qual o sujeito não se reconhece, tinha um **significado moral**. Este aspecto de moralidade do conceito de alienação, para Gorz, decorria do fato de que

"... não é possível distinguir, com Marx, as objetivações próprias do homem de suas objetivações *alienadas*, senão quando o homem é para nós, além do que produz, o que *deixa* de produzir, além de suas possibilidades reais, suas impossibilidades, suas carências e suas necessidades. Não é possível estabelecer esta distinção a não ser que se interogue ao *sujeito* sobre o resultado de seus atos e a não ser que se compreenda esse resultado à luz do *projeto* que o engendrou"⁵¹.

Esta conotação moral que Gorz argumentava existir no conceito marxiano de alienação, como pode ser apreendido nessa passagem, estava constituída por duas concepções de fundo. Numa destas concepções, o conceito de alienação, mesmo esta sendo definida como uma **objetivação objetivada**, somente

⁴⁹ Isto pode ser apreendido na seguinte interpretação de Gorz: "Para Marx, efetivamente, há alienação quando a produção, que é *atividade* para transformar e dominar o existente, se encontra submetida e negada em seu caráter *autônomo* pelo objeto que produz". Ibidem, pp. 55/56. A ação coerciva da *práxis coagulada* sobre a *práxis criativa* ocorreria a medida que "as soluções que elaboramos 'livremente'... estão determinadas pelo campo prático e se nos manifesta como necessidades que *não podemos deixar de realizar*..." Ibidem, p. 58

⁵⁰ Similar a esta nossa conclusão, num livro posterior, Gorz, em sua visão sartreana, defendia que: " 'Há os homens e as coisas', afirmou certa vez Sartre numa polêmica: os homens não são coisas, nem inversamente. Os homens, isto é, os indivíduos, têm uma existência específica, são uma realidade específica e não somente uma realidade social esgotando-se, na sua função, no interior do processo produtivo". GORZ, A. *Réforme et Révolution*, Éditions du Seuil, Paris, 1969, p. 18.

⁵¹ Tendo os *Manuscritos Econômico-filosóficos* como referencial, Gorz conclui este seu raciocínio do seguinte modo: "O conceito de alienação implica necessariamente, portanto, uma compreensão do 'ser genérico do

foi factível de ser elaborado à medida que tomava como parâmetro o ponto de vista do homem. Pois, para Gorz, como já vimos, o núcleo propulsor da sociabilidade humana, em Marx, localizava-se na ação dos indivíduos. Em hipótese alguma o *mundo inerte* poderia constituir o elemento (ou um dos elementos) que fundamentasse a reflexão sobre a alienação. Segundo Gorz, o que reforça esta análise,

"... a experiência da alienação é...uma situação em que o curso das coisas volta minhas ações ou os resultados delas contra mim, em benefício dos fins de outro, ou que me torna impossível não dar realidade livremente ao ser pré-fabricado que vem a mim como uma sentença pronunciada a meu respeito e gravada nas coisas"⁵².

Por isso, concluí: "As coisas não dominam o homem e não são *insuperáveis* para ele a não ser na medida em que tenham absorvido outras atividades vindas de fora"⁵³ (negrito nosso).

"A noção de alienação"... , portanto, "...implica que a *práxis* humana tem uma realidade específica, que não coincide com os resultados coisificados, nem se esgota neles: na alienação, a *práxis* os reencontra como sua própria negação"⁵⁴.

Na outra concepção de fundo, o que permitiu também dar suporte à conotação moral da concepção marxiana, o conceito de alienação, em vez de ser uma expressão objetiva do mundo, teria sido elaborado por Marx a partir de sua indignação com as iniquidades sociais criadas pelos próprios homens. Este conceito, na perspectiva de Gorz, seria, na verdade, uma crítica capaz de desvelar os limites e as potencialidades, o que negava e o que poderia realizar o ser humano. Onde, em síntese, poder-se-ia dizer que: para Marx, tomando como base sua reflexão sobre a alienação, a sociedade teria que ser analisada sob dois ângulos: **como ela é e como deveria ser.**

homem' ou, como diríamos agora, do que o homem *pode e não pode ser autenticamente*". Historia y Enajenación, op. cit., pp. 62/63.

⁵² "Sartre e Marx" in op. cit., p. 78.

⁵³ A conclusão de GORZ é acrescida da seguinte idéia: "... na medida em que as coisas não sejam puramente passivas, mas algo como uma atividade passiva, uma prática materializada, o prático-inerte, sustentado e cunhado por outras *práxis*". GORZ, A. Ibidem. Já em Historia y Enajenación, anteriormente publicado, era afirmado que "só os demais podem fazer retornar meu ato contra mim como uma arma que eu mesmo os entrego e fazer que esse ato sirva a fins contrários aos meus". GORZ, A. Historia y Enajenación, op. cit., p. 70.

⁵⁴ GORZ, A. Réforme et Révolution, op. cit., 17.

Partindo desta perspectiva, Gorz era levado a concluir que a alienação não deveria ser compreendida como um **estado**, mas como um **fazer-se humano**. Antes de ser sentida, a alienação seria produzida⁵⁵.

Mas o que faz com que o homem, ele próprio produtor de seu ser, crie um mundo que lhe é hostil e adverso?

Gorz, seguindo Sartre, sintetizava uma parte da resposta a esta questão na palavra: *raridade*. Em um mundo de escassez, as ações dos indivíduos, ao serem obstaculizadas por esse limite intransponível, retroagem negativamente sobre si. Tal fato, simultaneamente, revelava o outro elemento constitutivo da alienação: a *serialização* dos indivíduos. Estes, por terem suas ações tolhidas, segmentam-se e, por conseguinte, atomizam-se uns em relação aos outros. A alienação, assim,

"... é inerente à coexistência de uma multiplicidade de indivíduos *dispersos*, agindo *separadamente* em uma situação comum de *raridade*, quer dizer, em um mundo no qual 'a vida é improvável', no qual 'não há o suficiente para cada um' em que portanto, os outros são para cada homem e cada homem é para os outros um super-numerário ou um 'anti-homem', isto é, 'mais um', um Outro além si mesmo e outra coisa que não homem"⁵⁶.

A *raridade*, em sua efetividade, constituía, na concepção sartreana de Gorz, o fulcro da alienação. Isto em razão de que, antes tudo, "... a raridade é o 'motor passivo da história', a pré-condição material de historicidade, a fundação de toda possibilidade de história"⁵⁷. Em meio à *raridade*, neste sentido, as ações dos indivíduos impulsionaram e desenvolveram a sua existência e a complexidade social. Pois que, ao depararem-se com a escassez, que se contrapõe às suas ações, os indivíduos buscaram, constituindo meios adequados, superá-la. O que revelava ser a *raridade*, para Gorz,

⁵⁵ "... O ser da realidade humana é seu *Fazer*, é a atividade de negar a matéria inorgânica e de transformá-la com vista aos seus próprios fins. Ativa por essência, a realidade humana não pode ser como a tranqüila inércia das coisas. A alienação de seu ser, como esse ser mesmo, não pode ser para a realidade humana um *estado*. Estar alienado, para a realidade humana, é sempre estar alienado *no que faz...*" GORZ, A. *Historia y Enajenación*, op. cit., p. 63.

⁵⁶ GORZ, A. "Sartre e Marx" in op. cit., p. 78.

⁵⁷ Ibidem, p. 80.

"... uma síntese *negativa* da pluralidade humana, uma negação externamente imposta aos homens pela natureza que é repetida como uma negação do homem pelo homem"⁵⁸.

A *raridade*, assim, seria um limite às ações dos indivíduos na medida em que as unifica num mundo alheio aos mesmos. Este estranhamento, dentre outras, caracterizar-se-ia por uma realidade onde as finalidades dos diversos indivíduos entram em choque e voltam-se umas contra a outra.

A existência da *raridade* implicava, nesta concepção teórica, na *perenidade da alienação*. Esta, enquanto persistisse a escassez, seria insuperável.

Para Gorz, a escassez era uma realidade notória nos países periféricos, nos quais boa parte da população não tinha sequer o que comer; mas, não só, paradoxalmente, mesmo as necessidades vitais já encontrando-se minimamente satisfeitas, a *raridade* não estava ausente no capitalismo avançado⁵⁹. Em dois planos ela manifestava-se nos países centrais. Num plano, apesar do poderoso desenvolvimento das forças produtivas - da produção industrial, principalmente -, a escassez reaparecia noutras áreas sob a forma de raridade de tempo, de homens, de recursos, de equipamentos coletivos, de possibilidades culturais, etc.⁶⁰. Estas novas raridades, no fundo, revelavam que as raridades básicas persistiam. Noutro plano, a *raridade* ressurgia como resultante do aspecto de que a maioria da população não via seu padrão de vida elevar-se com a mesma rapidez e proporção que o crescimento econômico. Isto produzia, no âmago

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Mesmo com abundância, Gorz ressaltava que a alienação poderia persistir sob certas condições: "Ainda que a abundância se encontrasse geral e equitativamente repartida, os trabalhadores estariam totalmente alienados em relação ao mercado e condenados a submeter-se às necessidades frívolas com o único fim de fazer circular a moeda e conservar o emprego". GORZ, A. *Historia y Enajenación*, op. cit., p. 286.

⁶⁰ Ibidem. Esta perspectiva encontra-se também em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*. Dentre os aspectos do consumo capitalista que deveriam ser combatido, Gorz mostrava que: "É isso, essa organização do desperdício de trabalho e de recursos, por um lado, essa organização de carências (carência de tempo, de ar, de equipamentos coletivos, de possibilidades culturais etc.), por outro, que é importante mostrar e denunciar constantemente. É esse par, desperdício-carência, que representa o maior absurdo, no nível do modelo de consumo, do sistema e da *gestão* capitalistas". Gorz, A. *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 89.

deste significativo segmento social, uma sensação de pobreza, de novas carências⁶¹.

A perenidade da alienação, contudo, mesmo antes da supressão da escassez, não significava que não pudesse ser cancelada em alguns momentos. Gorz, em concordância com Sartre, argumentava que isto ocorreria quando os *conjuntos práticos-inertes* cediam lugar aos *grupos*. Enquanto nos *conjuntos práticos-inertes* - tomando formas nas *séries* e *coletivos* - a coesão é estabelecida externamente pela *práxis coagulada* aos indivíduos molecularizados, nos *grupos* - principalmente *em estado de fusão* - a coesão é interna, "... baseada na reciprocidade de seus membros que, juntos, resolvem transformar a situação compartilhada em direção a um fim comum"⁶². A unidade do *grupo*, desta forma, "... é produzida como meio para o fim comum ou como um fim em si mesmo, cuja busca é condição para realizar o fim comum"⁶³. A emergência dos *grupos* eliminava a dispersão das ações dos indivíduos, sendo estas conscientemente coordenadas dentro de um projeto único, com um fim coincidente. O *grupo*, ao constituir-se sobre e por meio do ideal de liberdade, suprimiria o *reino da necessidade*. O mundo inerte - *práxis coagulada* -, sob tal condição, não dominaria os indivíduos, mas esses passavam a ter ascendência sobre aquele⁶⁴.

A persistência da *raridade*, apesar do ideal de liberdade, inviabilizaria a permanência do *grupo em estado de fusão*, conduzindo-o inexoravelmente a *serializar-se*. Com isso, argumentava Gorz, a dissolução do projeto comum, por

⁶¹ "...A observação empírica mostra que... o aumento do nível de vida pode ir junto com uma exacerbação das necessidades fundamentais. Na França, principalmente, o grau de insatisfação destas (a pobreza como realidade ressentida) não diminuiu de 1950 a 1960, enquanto a produção quase duplicou. O desenvolvimento das necessidades foi tão rápido (algumas vezes mais rápido) quanto o desenvolvimento do produto social; o sentimento de pobreza em nada foi atenuado pela multiplicação das riquezas". Ibidem, p. 81.

⁶² Gorz, A. "Sartre e Marx" in op. cit., pp. 79/80.

⁶³ Ibidem, p. 80.

⁶⁴ "Só em raros 'instantes da história', quando os indivíduos compreendem que estão alienados pela Sociedade e se unem para rebelar-se contra essa, desaparece a alienação social momentaneamente: deste modo, toda a estrutura

consequência, repunha a alienação⁶⁵. Esta renasceria à proporção que a vida social, além de não ter solucionado suas carências, requer uma certa estabilidade dos elementos que organizam e estruturam seu funcionamento. A sedimentação da práxis que daí surge, faria com que as ações dos indivíduos voltassem a se rebelar contra si mesmas. Todas as experiências políticas de massa, da Revolução Francesa, passando pela Russa, Chinesa e Cubana, até a Revolução Argelina, após suas eclosões, teriam claramente demonstrado este fenômeno da reaparição da alienação.

- Para além da formulação teórica de Gorz.

i- O conceito de alienação nas primeiras obras de Marx

Esta retomada do conceito marxista de alienação, com o intuito de compreender a natureza do capitalismo tardio e a partir daí contribuir para uma intervenção eficaz dos movimentos dos trabalhadores nos planos político e econômico, merece a análise de alguns aspectos. O ponto principal é sabermos se o conceito de alienação reposto por Gorz coincidia ou destova daquele, ou daqueles, que se encontram presente no pensamento de Marx.

A resposta a semelhante questão, contudo, deve fugir da unilateralidade simplista que prioriza um aspecto em detrimento doutro e vice-versa, pois que há, na obra de Marx, pontos que se aproximam e outros que se distanciam dos que Gorz enfocou. Grosso modo, como antecipamos, o conceito de alienação que ele elaborou tem alguns traços da perspectiva teórica do jovem Marx. A

petrificada da sociedade desapareceu e a nova sociedade, em via de criação, não se sedimentou todavia em estruturas inertes". GORZ, A. *Historia y Enajenación*, op. cit., p. 105.

⁶⁵ "É verdade que, para Sartre, o grupo-em-fusão representa o término da alienação serial, mas esta não pode ser uma eliminação duradoura em um mundo de raridade e de luta". GORZ, A. "Sartre e Marx" in op. cit., p. 84. "No momento da união revolucionária para a conquista do poder vemos, portanto, a coincidência da liberdade individual com a liberdade coletiva, soberania do indivíduo enquanto este existe *para* o grupo e *pelo* grupo, em vista de um *objetivo comum* que é homogêneo a seu fim individual. Essa coincidência, porém, não pode subsistir após a tomada do poder, pelo menos enquanto não for vencida a escassez"(negrita nosso). GORZ, A. *O Socialismo Difícil*, op. cit., p. 121.

concepção do homem genérico e a significação moral, que segundo Gorz são elementos importantes para se compreender a formulação marxiana do conceito de alienação, na verdade encontram-se basicamente nas obras daquele período. Por outro lado, a mudança do significado que o conceito de alienação sofreu a partir da crítica de Marx à economia política, bem como a elaboração teórica sobre o *fetichismo da mercadoria* que dali decorreu, aspectos que possibilitaram uma nova perspectiva de explicar a realidade social, foram tratados com pouca importância por Gorz. Este, pelo contrário, elaborou uma compreensão homogênea do sentido daquele conceito no interior das reflexões marxianas.

Ao recusarmos, de antemão, uma concepção homogênea do conceito de alienação na obra de Marx, não significa que queremos com isso dizer que existe uma radical exclusão, por exemplo, entre o conceito de alienação presente nos **Manuscritos Econômico-Filosóficos** e o que aparece nos **Grundrisse** e n' **O Capital**; ou, como mais radicalmente defendia Althusser, que o conceito de alienação dos **Manuscritos** seria pré-marxista⁶⁶. Não significa também, como sugeriu Rubin, que o conceito de alienação, à medida que Marx desenvolveu suas reflexões, foi suplantado pelo de *fetichismo*⁶⁷. Queremos dizer, isto sim, que as mutações do conceito de alienação, apesar de seu conteúdo diferir em momentos diversos, processaram-se mantendo estreitos liames, pois gravitaram em torno de um eixo propulsor: a busca da compreensão da complexa estrutura social da modernidade. Tal perspectiva, contudo, discorda do argumento de Mészáros, o qual defende que as principais características do

⁶⁶ ALTHUSSER, L., *A Favor de Marx*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979. Ver especialmente a parte intitulada *Os "Manuscritos de 1844" de Karl Marx*, onde Althusser faz a apresentação de uma tradução francesa dessa obra elaborada por E. Bottigelli.

⁶⁷ Rubin, logo na I Parte do seu livro, denominada *A Teoria de Marx Sobre o Fetichismo da Mercadoria*, afirma: "A teoria do fetichismo é, *per se*, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor". RUBIN, Isaak I. *Teoria Marxista do Valor*, op. cit., p. 19. Após detalhar em minúcia o fenômeno do fetichismo ao longo da I Parte, Rubin finaliza sinteticamente com o capítulo *O Desenvolvimento da Teoria do Fetichismo*. Mesmo à época (1921) desconhecendo os **Manuscritos**, **A Ideologia Alemã** e os **Grundrisse**, o autor elabora um esboço da evolução teórica de Marx, a qual teria iniciado com o conceito de alienação e

conceito de alienação da maturidade encontravam-se já constituídos nos primórdios da trajetória teórica de Marx⁶⁸.

Assim, enquanto *formalmente* o conceito de alienação manteve-se intacto, pois que desde **A Sagrada Família** até **O Capital** sempre identificou os homens constituindo um mundo alheio e oposto a eles mesmos, o seu *conteúdo* teórico passou por profundas mudanças. Estas metamorfoses, que se processaram em consonância com os novos enfoques que pouco a pouco Marx foi elaborando para desvendar as mediações da sociedade burguesa, nos fornece elementos para analisarmos a concepção marxista de alienação proposta por Gorz.

A definição que Gorz fazia do conceito marxista de alienação como uma **objetivação objetivada** constitui-se num bom ponto de partida, pois que ela serve como pano de fundo para a compreensão de boa parte das outras características que o autor dava ao conceito.

Se a definição de alienação como um **objetivação objetivada** tem seu fundamento em Marx, este vínculo certamente ocorre em relação as obras anteriores às **Teses Sobre Feuerbach**. Isto em razão da definição de Gorz ter partido de uma perspectiva em que a alienação configurava uma dimensão que, produzida pelos homens, coagula-se objetivamente em relação a esses. O que

alcançado seu ápice com a teoria do *fetichismo*. Todavia, apesar do limitado material em mãos, Rubin teve o mérito de apontar precocemente alguns elementos que marcaram o desenvolvimento teórico marxiano.

⁶⁸ O Marx dos **Manuscritos de 1844** deu um grande passo à frente, como já vimos em vários contextos. Ao reconhecer que a chave de toda alienação -religiosa, jurídica, moral, artística, política etc.- é o "trabalho alienado", a forma alienada da atividade produtiva prática do homem, ele foi capaz de apoiar toda a sua concepção em fundamentos firmes. Pôde, assim, desenvolver suas idéias da forma mais concreta, indicando os pontos estratégicos da atividade prática necessária. Como o conceito de "auto-alienação do trabalho" indicava a causa última de todas as formas de alienação, a crítica da economia -isto é, uma compreensão adequada de suas leis e mecanismos- adquiriu importância crucial: tornou-se o elo vital no programa de conseguir o domínio sobre os vários fatores causais em questão, servindo ao propósito de superar praticamente a alienação em todas as esferas da vida. Enquanto a **Introdução** [à Crítica da Filosofia Hegeliana do Direito] limitava-se a ressaltar que a crítica da teologia deve ser transformada na crítica da política, os **Manuscritos de 1844** deram o passo, estruturalmente vital, de transformar a crítica da política na crítica da economia. *...Foi assim que o conceito de alienação tornou-se central para toda a teoria de Marx. Portanto, não é verdade que, quando Marx passou a interessar-se pelos problemas da economia política, ele voltou as costas ao conceito da alienação: ocorreu exatamente o contrário*" (itálico nosso). MÉSZÁROS, I., **Marx: Teoria da Alienação**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, p. 211.

seria, traduzindo para o universo categorial sartreano, a constituição de uma realidade oposta ao *projeto*.

Diversamente, já em meados de 1845, Marx, rejeitando o materialismo existente até então, defendia a não segmentação e exclusão entre subjetividade e a objetividade. Na nova concepção que defendia, "... as coisas [*der Gegenstand*], a realidade, o mundo sensível..." não podiam ser "... tomados apenas sob a forma do objeto [*des Objekts*] ou da contemplação [*Anschauung*]...", mas sim "... como atividade sensível humana, práxis..." e "... subjetivamente". Por isso, para Marx, "... a própria atividade humana..." deveria ser tomada "... como atividade objetiva..."; perspectiva impensável no sistema feuerbachiano⁶⁹.

As estruturas sociais constituídas -ou o *processo*-, mesmo que alienadas dos homens, não poderiam ser, segundo o ponto de vista das *Teses Sobre Feuerbach*, tomadas como estruturas inertes. Ao contrário da concepção sartreana de Gorz, a reflexão de Marx, a partir deste período, rejeitaria a idéia de que as estruturas sociais, somente a partir de uma ação do homem, agiriam retroativamente sobre esse de forma negativa. Como mostraremos mais a frente, para o Marx da segunda metade do século passado, as estruturas sociais seriam uma dimensão que ativaria e/ou influenciaria a direção da ação dos homens⁷⁰.

⁶⁹ MARX, K. "Teses Sobre Feuerbach" in MARX, K & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*, Tomo I, Moscou, Edições Progresso, 1982, p. 1.

⁷⁰ Poder-se-ia objetar que Sartre, mesmo contrapondo o *projeto* ao *processo*, recusou a compreensão exclusiva da relação da subjetividade com a objetividade quando afirmava que: "A *práxis*, com efeito, é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização; o projeto, como superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade, tenso entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos possíveis, representam *em si mesmo* a unidade em movimento da subjetividade e da objetividade, estas determinações cardeais da atividade". Apesar do refino da argumentação, a não contraposição entre subjetividade e objetividade é apenas aparente. A distinção entre as duas dimensões explicita-se na continuidade do texto no momento que Sartre diz: "O subjetivo aparece, então, como um momento necessário do processo objetivo". SARTRE, J. "Questão de Método", op. cit., p. 154. Prevalece no último período, implicitamente, a necessidade da afirmação do *projeto* sobre o *processo*.

Este estágio teórico que Marx havia alcançado não comportaria também a idéia de que o conceito de alienação, como expressão do seu significado moral, só tinha sentido quando era contemplada a diferenciação entre o que o homem produz e o que deixa de produzir, suas possibilidades reais e suas impossibilidades, o que ele é e o que deveria ser. Na verdade, como demonstrou Rubin, esta cisão Marx a aceitava quando ainda era fortemente influenciado pelos socialistas utópicos, em particular por Proudhon. Esses criticavam a sociedade burguesa contrapondo: a realidade inumana -dos trabalhadores - em direção a uma realidade humana⁷¹.

Esta dicotomia, de fundo moral, pode ser claramente observada n'A Sagrada Família. Neste livro, criticando os neo-hegelianos, na defesa dos socialistas utópicos, Marx afirmava que

"No proletariado plenamente desenvolvido encontra-se consumada a abstração de toda a humanidade, até da *aparência* de humanidade; nas condições de vida do proletariado encontram-se condensadas todas as condições de vida da sociedade atual no que elas podem ter de mais inumano. No proletariado, com efeito, o homem perdeu-se a si mesmo, mas adquiriu ao mesmo tempo a consciência teórica desta perda; além disso, a miséria que se lhe impõe inelutavelmente - expressão prática da necessidade - obriga-o diretamente a revoltar-se contra tal inumanidade; é por isso que o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo. ...Não é em vão que ele passa pela rude mas fortificante escola do trabalho"⁷².

Podemos perceber que todo o discurso é eivado de uma concepção moral: a exaltação das virtudes do proletariado. Este, por sofrer todas as agruras impostas pelo capitalismo, torna-se apto de levar a frente um processo de libertação do homem, repondo a condição humana desse. Apesar de indicar algumas contradições do sistema, fundamentado nas reflexões de Proudhon, o ideal de justiça do proletariado prevalece como móbil para a superação da alienação e, conseqüentemente, de possíveis transformações sociais⁷³.

⁷¹ O socialismo utópico erguia sua voz, como enfatiza Rubin, "... em nome da justiça eterna e no interesse das massas trabalhadoras. A realidade 'desumana' é contrastada com a Utopia, o ideal do 'humano'". RUBIN, Isaak I. *Teoria Marxista do Valor*, op. cit., p. 70.

⁷² ENGELS, F., MARX, K. *A Sagrada Família*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença, pp. 54/55.

⁷³ "Se a sociedade só tivesse de se libertar das categorias do ter e do não-ter, fácil seria a qualquer dialético, ainda que fosse mais fraco que o Sr. Edgar, 'superar' e 'ultrapassar', com um perna às costas, estas categorias. O Sr.

O fundamento moral da crítica ao capitalismo, no entanto, não era algo exclusivo d'A **Sagrada Família**, encontrava-se também presente até mesmo nos **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Nestes, apesar de um esforço sistemático para compreensão da economia política, o qual serviria de base para o desenvolvimento teórico seguinte, a crítica de Marx ainda estava permeada, não de fundamentos científicos, mas de pontos de vistas ético-morais. Segundo ele, por exemplo, a indústria, de forma similar ao que havia ocorrido com a propriedade fundiária, "... devia arruinar-se a si mesma na forma de monopólio e na forma de concorrência, para assim **aprender ter fé no homem**"⁷⁴ (grifo nosso). O *mundo das coisas*, por suas desumanas contradições internas, poderia propiciar o aparecimento de uma consciência humana sobre a importância do *mundo dos homens*.

A moral, ao contrário do papel secundário que passou a ter nas obras de maturidade, desempenhava um papel, senão central, pelo menos de importância inegável nos primeiros escritos de Marx. Esta debilidade, como apontam Lucien Sève e Ernest Mandel, podia ser constatada na carência de uma base empírica⁷⁵, sem a qual as análises tendiam a enveredar por especulações. Não

Edgar considera isto, de resto, como uma tal bagatela que não vale apenas em sua opinião dar, face a Proudhon, nem sequer uma explicação das categorias do ter e do não-ter. Mas, como o não-ter não é uma pura categoria mas sim uma realidade completamente desoladora; como, nos nossos dias, o homem que nada tem nada é; como este homem está desligado da existência em geral e com maior razão, de uma existência humana; como o estado do não-ter é o estado de total separação do homem com sua realidade objetiva, parece que o não-ter tem pleno direito de ser, para Proudhon, o objeto supremo da reflexão, até porque antes dele e dos autores socialistas se refletiu muito pouco sobre este assunto. O não-ter é o espiritualismo mais desesperado, uma total irrealidade do homem, uma total realidade de inumanidade, um ter muito positivo, o fato de ter fome, de ter doenças, crimes, aviltamento, embrutecimento, de ter toda a inumanidade e toda a contra-natureza. Ora todo objetivo importante, do qual se tome plena consciência e que pela primeira vez se torne objeto da reflexão representa por isso mesmo o objeto supremo da reflexão.

Dizer que Proudhon quer suprimir o não ter e o modo antigo de ter equivale a dizer que ele quer abolir o estado de alienação prática do homem em relação à sua essência objetiva, a expressão econômica da auto-alienação humana"(negrito nosso). Ibidem, pp. 62/63.

⁷⁴ MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 155.

⁷⁵ Mesmo destacando o avanço de Marx em relação a Hegel no tratamento da alienação, pois que aponta o fundamento econômico dessa e a especificidade que ganha com ela a relação homem/natureza, Mandel diz: "Não obstante, essa concepção da alienação, se bem que indo mais longe do que aquela de Hegel, porque indo para uma solução, permanece largamente filosófica, especulativa. Ela não tem fundamento empírico. Não é demonstrada. ... Trata-se, pois, de uma contradição no seio dos *Manuscritos de 1844*, que nenhuma causuística

só. Estes dois autores, como mostraremos mais a frente, argumentam que aquela perspectiva de Marx levava-o a tratar de forma secundária os resultados alcançados pela economia política. Mas, o que fazia com que a análise de Marx tivesse um forte acento ético-moral, bem como uma concepção que cindia a sociedade no que era e no que deveria ser?

Uma parte da resposta a esta pergunta foi antecipada quando salientamos a influência que o jovem Marx teve do socialismo utópico, em particular do seu fundamento ético-moral. A outra vincula-se a dois aspectos. O primeiro refere-se à necessidade que teve Marx de centralizar sua reflexão no homem, inicialmente, com o objetivo de se opor ao hegelianismo - como mostramos na discussão sobre o método. Isto porque, apesar do avanço em relação a Hegel, aquele *antropologismo* implicava a compreensão da existência de uma natureza humana genérica inerente a cada homem⁷⁶. A amplitude desta natureza genérica, para Marx, manifestava-se no fato do homem fazer

"... objeto seu, prática e teoricamente, a espécie...", bem como "...no sentido de que ele se comporta perante si próprio como espécie presente, viva, como um ser universal, e portanto livre"⁷⁷.

poderá fazer desaparecer, seja interpretando arbitrariamente as passagens sócio-econômicas num sentido filosófico, seja interpretando a passagem [sobre o trabalho alienado] supramencionada como equivalente à descrição de uma alienação *socialmente determinada*". MANDEL, E. A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968, pp. 165/166. Comentando a mesma passagem dos Manuscritos Econômico-Filosóficos, e explicando um dos aspectos que levou Marx a abandoná-los, Lucien Sève ressaltava: "Não só a invocação da "perda da realidade", forma extrema da alienação do trabalhador, não nos ensina nada a este respeito, mas pode dizer-se que ela põe "a priori" de fora a tentativa de análise concreta destas questões, pois apresenta-se como a sua resposta última diretamente deduzida do conceito de trabalho alienado. Ai está a terrível armadilha contida nos *Manuscritos de 1844*: graças ao seu brilho eles incita-nos a tomar simples *abstrações* por *análises*. ...Teremos verdadeiramente saído da construção especulativa?(negrito nosso). SÈVE, L. Análise Marxistas da Alienação, Lisboa, Editorial Estampa, 1975, pp. 34/35.

⁷⁶ Mandel resume bem este aspecto quando diz: "Mas esse manuscrito [parte dos Manuscritos intitulada *O Trabalho Alienado*] se interrompe, bruscamente, nesse caminho. O pensamento bifurca, e produz uma passagem em que a origem do trabalho alienado não é mais procurada numa forma *específica* da sociedade humana, mas na própria *natureza* humana, ou, mais exatamente, na *natureza simplesmente*, onde o trabalho alienado é oposto às qualidades do "homem genérico" (*Gattungswesen*), onde a alienação poderia ser compreendida, de início, senão como *exteriorização* no sentido hegeliano, pelo menos como uma negação de um "homem ideal", que jamais existiu". MANDEL, E. A Formação do Pensamento Econômico de Marx, op. cit., pp. 164/165.

⁷⁷ MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos, Lisboa, op. cit., p. 163.

O segundo, correlato a este primeiro aspecto, diz respeito à falta de uma compreensão das relações sociais, da forma como era concebida a relação do indivíduo com a sociedade - em que a existência desta última era derivada da atividade singular daquele - e, como corolário, da inexistência de uma perspectiva histórica do capitalismo⁷⁸. Estas concepções como um todo, formando uma limitada visão da sociedade, possibilitavam assim a contraposição do *mundo dos homens* ao *mundo das coisas*; podiam ainda defender que, não este último, mas o primeiro é que deveria ser valorizado.

Marx rompeu claramente com esta perspectiva nas **Teses Sobre Feuerbach**, nestas, a natureza humana, ou melhor, a essência do ser humano passou a se concebida noutra direção. Para Marx, a partir de então, a essência humana não podia mais ser tomada como "... uma abstração inerente a cada indivíduo"⁷⁹. Na realidade, concluía, "... ela é o conjunto das relações sociais"⁸⁰. Marx, assim, redefiniu a relação do indivíduo com a sociedade, esta, resultante de interações determinadas entre os indivíduos, passou a ser afirmada como tendo uma existência que precede à dos indivíduos singulares. As ações desses, quer correspondendo ou chocando-se com a processo vigente, passaram a ser concebidas como balizadas pelo conjunto das relações sociais. A antropologia abstrata, conseqüentemente, deixou de constituir o fundamento sobre o qual Marx soerguia sua reflexão da alienação; ou seja, esta reflexão deixou de derivar de um discurso centrado no homem⁸¹.

⁷⁸ Concluindo esta idéia, Gyorgy Markus afirma que: "Assim, em certas passagens (sobretudo nas *Notas de Leitura* [dos **Manuscritos**]), vemos ainda se manifestar a crítica moralista do capitalismo, ao mesmo tempo em que a necessidade da sociedade socialista é deduzida do caráter "coletivo" da essência do homem". MARKUS, G. *Teoria do Conhecimento no Jovem Marx*, op. cit., p. 40. A débil determinação histórica dos **Manuscritos**, para José Paulo Netto, teria sido a causa de Marx só ter percebido o fenômeno da alienação, escapando-lhe o do *fetichismo*. Ver, principalmente, o capítulo *Fetichismo: teoria marxiana da positividade capitalista* in NETTO, José P. *Capitalismo e Reificação*, op. cit..

⁷⁹ MARX, K. "Teses Sobre Feuerbach" in op. cit., p. 2.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Esta conclusão está presente tanto em MARKUS, G. *Teoria do Conhecimento no Jovem Marx*, op. cit., p. 46 ; bem como em SÈVE, L. *Análise Marxista da Alienação*, op. cit., pp. 41/42.

A adoção desta nova concepção não fez Marx superar somente Feuerbach, como muitos usualmente interpretam. Ele, na verdade, superou a si mesmo, dando com isso um passo teórico decisivo.

Por isso é que esta perspectiva inaugurada nas **Teses Sobre Feuerbach**, ao mesmo tempo que criou condições para a superação do peso da influência da moral na sua reflexão, permitiu Marx vislumbrar novos horizontes. Em vez de conceber a sociedade composta por duas dimensões exclusivas, o que era e o que deveria ser, ou ainda cindi-la no *mundo dos homens* e o *mundo das coisas*, ele, como argutamente apreendeu Rubin a partir da **Miséria da Filosofia**, transferiu tais contraposições "... ao mundo tal como é, ao ser social"⁸².

Pois,

"... a vida econômica da sociedade contemporânea é, por um lado, a totalidade das relações sociais de produção, e, por outro, uma série de categorias "materiais" nas quais essas relações se manifestam"⁸³.

Com isso, Marx, ao mesmo tempo que abriu caminho para transitar de uma compreensão do *capital como trabalho acumulado* para a do *capital como uma relação social*, pôde operar uma redefinição do conceito de alienação.

ii- O conceito de alienação pós-Manuscritos

Contudo, apesar desses problemas apontados, os **Manuscritos de 44** não devem ser tomados como algo sem validade, pois como mostramos no caso da dialética, eles criaram as condições propícias para Marx elaborar sua crítica da economia política. Diversamente de como avalia Althusser, o conceito de alienação não fez daqueles manuscritos uma obra pré-marxista, a qual teria

⁸² RUBIN, Isaak I., op. cit., p. 71. A identificação que Rubin fazia da **Miséria da Filosofia** como o ponto de inflexão do pensamento marxiano decorria do seu desconhecimento dos **Manuscritos Econômico-Filosóficos** e d' **A Ideologia Alemã**, como já mencionamos.

⁸³ Ibidem.

criado obstáculo a compreensão da dinâmica da sociedade burguesa⁸⁴. Este conceito, à medida que passou por toda uma metamorfose no interior da evolução teórica marxiana, também aparece nas obras de maturidade, desempenhando nessas um papel nem sempre de pouca importância.

Embora a motivação da crítica à alienação fosse de ordem moral, Marx, nos *Manuscritos de 44*, não mais identificava a alienação na religião, como o fazia Feuerbach. A alienação passou a ser apreendida como um fenômeno que se desenvolvia no processo econômico. Não por acaso, o conceito de *trabalho alienado*, mesmo padecendo de *apriorismo*, constituía-se num instrumento que proporcionava o início de uma crítica de novo tipo do capitalismo. A religião, por seu turno, passou a ser tomada como uma alienação secundária, ou como uma metáfora que bem expressava a alienação no processo econômico⁸⁵.

A identificação da alienação desenvolvendo-se originalmente no plano econômico, e não mais em nível da consciência, fez também Marx intuir, já nos *Manuscritos*, a limitação do homem constituir-se no efetivo sujeito. De forma contraditória, pois ao mesmo tempo enfático no seu discurso humanista, Marx, rudimentarmente, ia percebendo que, em certos fenômenos econômicos, o homem tendia ficar à mercê das coisas. Além de se manifestar nos aspectos da falta de controle sobre os meios de produção e da posse de seus desejos pelo outro, a alienação do trabalhador se revelava, bem como a do capitalista, no fato de que um poder inumano impera sobre tudo. Sobre a própria forma de ser da personalidade do homem, que, como Marx mostrou na fenomenologia que

⁸⁴ "...Se eu não quisesse abusar da liberdade de antecipar sobre essa demonstração, diria que [nos *Manuscritos*] *sob essa relação*, isto é, sob a relação da *dominação radical* da filosofia sobre um conteúdo que chegará a ser, bem cedo, *radicalmente independente dela*, o Marx mais *distanciado de Marx* é este Marx, o Marx mais próximo, o Marx da véspera, o Marx do limiar - como se antes da ruptura e para consumá-la lhe fosse preciso dar à filosofia toda a sua *chance*, a última, esse império absoluto sobre o seu contrário e esse triunfo teórico sem medida: isto é, a sua derrota." ALTHUSSER, L. *A Favor de Marx*, op. cit., p. 138.

⁸⁵ "...O trabalhador se relaciona ao *produto do seu trabalho* como a um objeto *estranho*. Com base neste pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, tanto mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria perante si, tanto mais pobre ele fica na sua vida interior, tanto menos pertence a si próprio. O mesmo se passa na religião. Quanto mais o homem atribui a Deus, tanto menos guarda para si

desenvolveu sobre o dinheiro, não mais expressaria somente a idiossincrasia de cada um. O homem é o que a coisa, no caso o dinheiro, possibilita ele ser; ou seja, a própria psique passa a ser afetada⁸⁶. Vemos, a partir destas breves ponderações, que os **Manuscritos Econômico-Filosóficos** não devem ser tomados como uma obra que antecipa todas as reflexões d' **O Capital**; não podem ser interpretados como reflexões mais profundas e globais que **O Capital**; também não podem ser rejeitados como pré-marxistas. Para Mandel, todas estas interpretações são descabidas⁸⁷.

Na verdade, os **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, em relação ao conjunto da obra de Marx e em extensão ao conceito de alienação, devem ser compreendidos como um ponto de inflexão ou, mais precisamente, como um momento de transição. Neles, elementos passados da reflexão marxiana combinam-se com os elementos futuros. Dito de outro modo: coexistem relacionados, o que, segundo Gyorgy Markus, explicita a especificidade daqueles manuscritos, uma "... complexa mistura de tendências antecipadoras e de tendências ainda especulativas"⁸⁸. A concomitância de elementos tão dispares nos **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, que se expressam no encontro da dialética hegeliana com o materialismo feuerbachiano e a economia política, oferece como resultado uma "... combinação [que] não é coerente"⁸⁹.

Saindo dos **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, como claramente expressa as **Teses Sobre Feuerbach**, Marx avançou rapidamente para a formulação final do conceito de alienação.

mesmo. O trabalhador põe a sua vida no objeto; porém, agora ela já não lhe pertence a ele, mas ao objeto." MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosófico, Lisboa, op. cit., pp. 159/160.

⁸⁶ "O que para mim existe através do *dinheiro*, aquilo que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, *sou eu*, o próprio possuidor do dinheiro. O poder do dinheiro é o meu próprio poder. As propriedades do dinheiro são as minhas - do possuidor - próprias propriedades e faculdades. Aquilo que eu *sou* e posso não é, pois, de modo algum determinado pela minha própria individualidade" (negrito nosso). Ibidem, p. 232.

⁸⁷ MANDEL, E. Formação do Pensamento Econômico de Marx, op. cit., p. 168.

⁸⁸ MARKUS, G. Teoria do Conhecimento no Jovem Marx, op. cit., p. 41.

⁸⁹ Mandel conclui esta idéia dizendo que os **Manuscritos** oferecem "... fragmentos esparsos que encerram numerosas contradições". MANDEL, E. A Formação do Pensamento Econômico de Marx, op. cit., p. 162.

N' **A Ideologia Alemã**, por exemplo, o conceito de alienação passou por uma modificação substancial. Nesta obra, não era mais o trabalho alienado que fundava a propriedade privada e a divisão do trabalho, como aparecia nos **Manuscritos**. Marx, aí, operou uma inversão: a divisão do trabalho possibilitou o surgimento da propriedade, do Estado e, por conseguinte, da alienação. Esta, de forma implícita, também se fez presente, em **Trabalho Assalariado e Capital**, quando foi discutido a relação do homem com a atividade produtiva. O trabalho no capitalismo, na reflexão de Marx, não era compreendido como parte da vida, mas como um meio para sobreviver. O trabalho era explicado como "... uma mercadoria que [o trabalhador] adjudicou a um terceiro. Por isso, o produto da sua atividade tão pouco [seria] o objetivo de sua atividade"⁹⁰.

O avanço que **A Ideologia Alemã** e **Trabalho Assalariado e Capital** representou não pode deixar de ser reconhecido. Entretanto, as duas obras ainda apresentavam problemas de fundo. O conceito de divisão do trabalho, mesmo sendo fundamental para estabelecer uma compreensão materialista da alienação, ainda padecia de uma certa característica filosófica especulativa. Já em **Trabalho Assalariado e Capital**, mesmo sendo mostrado que o trabalho no capitalismo transforma-se de fim em meio, Marx não tinha clareza do conjunto das relações de produção. Por isso, por exemplo, em vez de dizer que o operário vendia sua força de trabalho, ele argumentava que o operário vendia seu trabalho. Para Engels, tanto **A Ideologia Alemã** como **Trabalho Assalariado e Capital** padeciam de um problema em comum: o frágil conhecimento da economia política por parte dele e de Marx⁹¹.

⁹⁰ MARX, K. "Trabalho Assalariado e Capital" in MARX, K. & ENGELS, F. Obras Escolhidas, Tomo I, Moscou, Edições Progresso, 1982, pp. 154/155.

⁹¹ Engels, em 1888, fazia a seguinte avaliação d' **A Ideologia Alemã**: "Antes de enviar estas linhas para o prelo, voltei a tirar o velho manuscrito de 1845/1846, e vi-o. A secção sobre Feuerbach não está completada. A parte pronta consiste numa exposição da concepção materialista da história que apenas demonstra **quão incompletos eram ainda, naquela altura, os nossos conhecimentos da história econômica**"(grifo nosso). ENGELS, F. "Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã" in MARX, K. & ENGELS, F. Obras Escolhidas, Tomo III, Moscou, Edições Progresso, 1985, p. 376. Três anos mais tarde, Engels, na introdução que elaborou para **Trabalho Assalariado e Capital**, traçou o seguinte perfil teórico do Marx dos anos 40: "Nos anos 40, Marx ainda não tinha terminado a sua crítica da Economia Política. Isso só aconteceu nos finais dos anos 50. Por

O passo final de Marx ocorreu quando ele penetrou a fundo não só no estudo da economia política, pois já o vinha fazendo, mas igualmente na busca de compreender os *processos* sócio-econômico. A ojeriza sartreana por tais *processos*, classificando-os como área em que a razão dialética deveria relegar a segundo plano, não tem correspondência naquela nova etapa da reflexão marxiana.

A própria posição de Marx sobre a economia política foi redefinida. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, por exemplo, a economia política era considerada basicamente como expressão da alienação; ou melhor, como uma formulação teórica da alienação⁹². A crítica à mistificação da propriedade privada pela a economia política, onde esta a considerava como inerente à vida social, fazia com que Marx acabasse por toldar a contribuição desta ciência empírico-analítica. Esta posição, todavia, foi superada n' *O Capital*. Primeiro porque, como vimos na discussão sobre o método, as ciências empírico-analíticas passaram a ser imprescindíveis à exposição desenvolvida pela a razão dialética. Segundo porque, em *O Capital*, Marx reconheceu a importância da *teoria do valor*, elaborada pelos economistas clássicos, para a efetiva compreensão da sociabilidade capitalista⁹³. Assim, esta teoria, mesmo sendo criticada, contribuiu de forma imprescindível para a feitura d' *O Capital*⁹⁴.

isso, os escritos que apareceram antes do primeiro fascículo de *Para a Crítica da Economia Política* (1859) diferem aqui e ali dos redigidos a partir de 1859; contém expressões e frases inteiras que, do ponto de vista dos escritos posteriores, parecem tortuosas e até incorretas"(grifo nosso). ENGELS, F. "Introdução à edição de 1891 de Trabalho Assalariado e Capital" in MARX, K. & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*, Tomo I, Moscou, Edições Progresso, 1982, pp. 142/143.

⁹² Dentre inúmeras passagens, escolhemos a seguinte: "A natureza da alienação implica que cada esfera me propõe normas diferentes e contraditórias, uma a moral, outra a economia política, porque cada uma delas constitui uma determinada alienação do homem: ... cada uma concentra-se num círculo específico de atividade alienada e encontra-se alienada em relação à outra alienação". MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Lisboa, op. cit., p. 212.

⁹³ O objetivo de Marx, segundo Mandel, "... era desde o começo da redação dos *Manuscritos de 1844* formular uma 'crítica da Economia Política': este objetivo ele não pode realizar plenamente senão depois de se ter apropriado da teoria do valor-trabalho e depois de a ter criticado". MANDEL, E. *A Formação do Pensamento Econômico de Marx*, op. cit., 175.

⁹⁴ "A economia política analisou, de fato, embora de maneira incompleta, o valor e sua magnitude, e descobriu o conteúdo que ocultam". MARX, K. *O Capital*, Livro 1, Vol. I, op. cit., p. 89. Para Marx, a contribuição da

A premissa clássica que o valor é determinado por um dado *quantum* de trabalho socialmente necessário foi incorporado por Marx. Este, contudo, foi além. O valor passou a não mais representar somente um *quantum* de um trabalho qualquer, mas um *quantum* de trabalho desprendido de sua base concreta, um *quantum* de *trabalho abstrato*. Esta substância do valor fez este ter uma dupla dimensão. Uma quantitativa, pois que o *quantum* de trabalho depende de uma série de fatores técnicos, da produtividade, etc.; outra qualitativa, pois que o aspecto abstrato do trabalho - presente nas mercadorias - expressa uma dada forma social. Por isso, para Marx, o valor passou a ser concebido como uma relação social.

Todavia, esta natureza social do valor, à medida que não se realiza diretamente entre os produtores, mas por meio do mercado, fica oculta. Assim, para Marx, o valor constitui-se numa relação social que não aparece como tal, mas que se processa e é viabilizado por meio de coisas. As relações entre os indivíduos, que nas sociedades pré-capitalistas eram estabelecidas diretamente, passam na sociedade moderna a ocorrer de forma indireta, no mercado, tornando o controle sobre elas inviável. O próprio produto do trabalho, em razão de não mais ser regulado pelos indivíduos, assume uma nova forma, a forma valor. Isto implica, como característica que dinamiza o sistema, que a produção é voltada para o *processo de valorização* do valor, ficando a riqueza material propriamente dita - o valor- de-uso - subordinado a esse processo.

Neste contexto teórico, portanto, Marx redefiniu sua reflexão sobre alienação. Aos olhos do humanismo sartreano de Gorz, esta concepção marxiana era reprovável, pois as ações dos indivíduos saíam de foco em favor de *processos coagulados*. Para Marx, nada mais nada menos, esta perspectiva teórica revelaria um estado de impotência frente a própria alienação. A necessidade de desvendar os processos, ao contrário da vulgar compreensão

economia clássica não se limitou a teoria valor-trabalho. Ele reconhecia o mérito de Ricardo ter sido o pioneiro na elaboração da teoria da mais-valia, apesar desse não ter percebido o aumento da mais-valia através da

da sua obra, não significaria uma concepção determinista e/ou economicista, antes pelo contrário, o tratamento que ele dispensava ao valor sempre foi feito sob o ponto de vista das relações sociais e nunca das coisas⁹⁵, as quais escondem e naturalizam aquelas interações sociais.

O tema da alienação, assim, encontra-se presente na obra marxiana da maturidade, sendo tratado de diversos ângulos. Todas as abordagens, nascendo concomitante à crítica das estruturas e dos mecanismos que viabilizam a reprodução do sistema, expressavam-se: ou como genuinamente novas, ou com características que lembravam as reflexões juvenis de Marx.

A reflexão sobre o *fetichismo* enquadrava-se no conjunto das novas abordagens marxianas sobre a alienação. Ela, por recorrer a uma palavra própria do misticismo, nem se relacionava com a concepção feuerbachiana de alienação, que identificava essa com a prática religiosa, nem se confundia com a utilização metafórica que o jovem Marx fazia da religião para exprimir a alienação.

O que Marx denominou de *fetichismo da mercadoria* foi justamente o processo que faz a dimensão social do valor ser obliterada. Segundo ele, esse fenômeno decorre, não do valor-de-uso ou do valor em si, mas da própria forma de ser da mercadoria. É por isso que a igualdade que se estabelece entre as mercadorias não permite a percepção que ela somente é possível em razão do trabalho humano que essas contêm, mas somente a impressão que se viabiliza porque são mercadorias (produtos do trabalho). Esta propriedade misteriosa da mercadoria, para Marx, decorria do fato dela

"... encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do

variação da intensidade do trabalho e pelo aumento da jornada de trabalho, nem de ter feito uma análise da mais-valia em geral. Vide MARX, K. *O Capital*, Livro I, Vol. II, op. cit., da p. 595 à p. 600.

⁹⁵ "As mercadorias... só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra." (grifo nosso) MARX, K. *O Capital*, Livro I, Vol. I, op. cit., p. 55.

trabalho..."⁹⁶.

A circulação das mercadorias constitui-se em algo mágico, capaz de fascinar até mesmo o mais incrédulo homem de ciência. A mercadoria, neste processo, reveste-se de uma aura mágica, cheia de "sutilezas metafísicas" como afirmava Marx. As coisas - sob a forma de mercadoria - movem-se com tal desenvoltura que não permitem a percepção de que esta propriedade tem origem nas relações sociais que os homens estabelecem entre si. Para os produtores, esclarece Marx,

"... as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, **como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas**, e não como relações diretas entre os indivíduos e seus trabalhos"⁹⁷ (negrito nosso).

Assim, as relações sociais *reificam-se*: os homens relacionam-se entre si constituindo paradoxalmente nexos que os impedem perceberem-se como sujeitos.

Mas isto não é só um problema de percepção. Há uma impossibilidade objetiva dos homens constituírem-se como sujeitos efetivos. O movimento de valorização do capital ocorre - por meio do mercado - a partir de uma dinâmica própria. Este movimento processa-se com uma contínua variação dos valores das mercadorias, a qual não depende

"... da vontade, da previsão e dos atos dos participantes da troca. Para estes, a própria atividade social possui a forma de uma atividade das coisas sob cujo controle se encontram, ao invés de as controlarem"⁹⁸.

As coisas, então, assumem uma característica de fetiche na medida em que elas, ao mesmo tempo que ocultam as relações sociais de que se originam,

⁹⁶ Idem, p. 81

⁹⁷ Ibidem, pp. 81/82.

⁹⁸ Ibidem, p. 83. A concepção marxiana de coisidade, todavia, é rechaçada por Sartre do seguinte modo: "Assim, a alienação pode modificar os *resultados* da ação, mas não sua realidade profunda. Recusamos confundir o homem alienado com uma coisa, e a alienação com as leis físicas que regem os condicionamentos de exterioridade. Afirmamos a especificidade do ato humano, que atravessa o meio social, conservando-lhe as determinações, e que transforma o mundo sobre a base de condições dadas. Para nós, o homem caracteriza-se antes de tudo pela superação de uma situação, pelo que ele chega a fazer daquilo que se fez dele, mesmo que ele

passam a ser condição para que estas mesmas relações se realizem. Portanto, o poder do mercado é real⁹⁹.

Este poder que revelavam ter as coisas, recusado por Sartre como idealismo e descartado na reflexão de Gorz sobre a alienação, Marx mostrou que poderia ocorrer de maneira mais complexa do que na circulação de mercadorias. No *capital produtor de juros*, mais que uma *práxis coagulada*, o *fetichismo* é levado ao paroxismo.

Esta forma do capital, quando se realiza, faz desaparecer por completo todo e qualquer vestígio das relações sociais, pois o excedente produzido tem origem alheia à produção e circulação. O dinheiro aparece como uma potência capaz de produzir mais dinheiro, de se retroalimentar expansivamente. Com isso

"a relação social reduz-se a relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da verdadeira transformação do dinheiro em capital, o que se mostra é uma **forma vazia**"¹⁰⁰ (negrito nosso).

Vazia porque todos os nexos de sociabilidade "evadem-se" desta forma que assume o capital.

Assim, o *capital produtor de juros*, típico da sociedade moderna desenvolvida, faz o *fetichismo* alcançar sua plenitude: "Consuma-se então a figura de fetiche e a concepção fetichista do capital"¹⁰¹. O dinheiro ao produzir mais dinheiro, produz também "... a perversão, no mais alto grau, das relações de produção, reduzidas a coisa..."¹⁰². De acordo com a formulação de Marx, isso

não se reconheça jamais em suas objetivações. Esta superação, encontramos-na na raiz do humano e de início na carência"(negrito nosso). SARTRE, J. "Questão de Método", op. cit., pp. 151/152.

⁹⁹ "Uma coisa é um intermediário das relações sociais, e a circulação das coisas está indissolivelmente vinculada ao estabelecimento e realização das relações de produção entre as pessoas. O movimento dos preços das coisas no mercado não é apenas o reflexo das relações de produção entre as pessoas: é a única forma possível de sua manifestação numa sociedade mercantil. A coisa adquire características sociais específicas, numa economia mercantil (por exemplo, as propriedades de valor, o dinheiro, o capital, etc.), graças às quais a coisa não só oculta as relações de produção entre as pessoas, como também as organiza, servindo como elo de ligação entre as pessoas." RUBIN, Isaak I., op. cit., p. 24

¹⁰⁰ MARX, K. *O Capital*, Livro 3, Vol. V, 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1981, p. 451.

¹⁰¹ Ibidem, p. 452

¹⁰² Ibidem.

ocorre em razão de duas características do *capital produtor de juros*. Primeiro, porque a forma deste capital existe "... constantemente como dinheiro, forma em que se desvanecem todas as particularidades e são imperceptíveis os elementos reais"¹⁰³.

Segundo em razão da

"... mais-valia por ele produzida e que também se apresenta na forma de dinheiro parece inerente à natureza dele. **Gerar dinheiro parece tão próprio do capital nessa forma de capital-dinheiro , quanto crescer é natural às árvores**"¹⁰⁴ (grifo nosso).

O conceito de *fetichismo* permite percebermos o quão de consistência ganhou a reflexão marxiana sobre a alienação. Mesmo tratando de coisas aparentemente inertes, de *práxis coaguladas* como definia Gorz, a alienação passou a ser apresentada por Marx, não como uma perda da essência do homem genérico, mas processando-se a partir e por meio das relações sociais.

Mas o *fetichismo* foi apenas um dos aspectos da reflexão marxiana da maturidade sobre a alienação. Não perdendo a consistência de quando tratava do *fetichismo*, fazendo uso do mesmo fundamento teórico, Marx também elaborou uma discussão da alienação no plano dos indivíduos.

Este foi o caso da retomada da reflexão da alienação do trabalhador. Inextricavelmente relacionados, dois aspectos deste fenômeno podem ser explicados pela ótica das últimas obras de Marx.

Primeiro, a concepção que no capitalismo a atividade laboral, para o trabalhador, é *meio e não fim*, ganhou elementos capazes de desvendar o fundamento desse fenômeno, aspecto ausente em *Trabalho Assalariado e Capital*. Para que isto ocorresse, também aqui foi decisivo o desenvolvimento da *teoria do valor*. Marx, munido desta, pôde apreender a causa daquela inversão - entre meio e fim - na descoberta que realizou da característica do trabalho no

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 453.

capitalismo: a dupla dimensão que esse ganhou no processo produtivo e as relações dessas entre si. Assim como o *trabalho abstrato* subordina a si o *trabalho concreto*, bem como o *processo de valorização* o *processo de trabalho*, o trabalhador incorpora também tal lógica à sua capacidade de trabalho, a qual assume a forma de força de trabalho. Ao trabalhador passa a ser indiferente o que sua atividade laboral produz ou é capaz de produzir, a ele interessa quanto pode obter monetariamente pela mesma. Similar a atitude do capitalista, que muda de ramo de produção na busca de lucros mais rápidos e abundantes, o trabalhador, se tem a oportunidade, transita também com desenvoltura de uma empresa para outra, não em busca de produzir riquezas que satisfaçam necessidades humanas, mas interessado na que melhor lhe remunere¹⁰⁵.

Contudo, este "arrivismo" forçado do trabalhador, encontra-se pois separado dos meios de produção e sobrevivência, não é a única expressão de sua alienação. Anverso desta, Marx mostrou que ocorria uma outra no processo produtivo propriamente dito.

Como segundo aspecto, esta alienação ocorre em virtude do processo produtivo - no capitalismo - não mais existir apenas como *processo de trabalho*, mas também e principalmente como *processo de valorização*, o que acarreta uma mudança na relação entre o trabalhador e os meios de produção. No *processo de valorização*, ao contrário doutro, o trabalhador passa a ser utilizado

¹⁰⁵ "Tal como o capital, enquanto valor, se valoriza a si próprio, sendo-lhe indiferente a forma material particular de que se reveste no processo de trabalho - trata-se de uma máquina a vapor, de um monte de esterco, ou de seda -, ao operário, é-lhe igualmente indiferente o *conteúdo particular* do seu trabalho. O seu trabalho pertence ao capital, não é mais do que o valor de uso da mercadoria que ele, operário, vendeu e vendeu-a unicamente para se apropriar de dinheiro e, mediante este, de meios de subsistência. A mudança no gênero de trabalho só lhe interessa na medida em que todo o tipo particular de trabalho exige um desenvolvimento distinto da capacidade de trabalho. Quando a sua indiferença em relação ao conteúdo particular do trabalho não lhe proporciona a faculdade de troca sem mais a sua capacidade de trabalho manifesta a sua indiferença em relação aos que o substituem, à geração seguinte, conforme as exigências do mercado. Quanto mais desenvolvida estiver a produção capitalista num país, tanto maior é a procura de *versatilidade* na capacidade de trabalho, tanto mais indiferente é o operário em relação ao *conteúdo particular* do seu trabalho e tanto mais fluido o movimento de capital que passa de uma esfera produtiva para outra". MARX, K. Capítulo VI Inédito de O Capital, São Paulo, Editora Moraes, 1985, pp. 80/81.

pelos objetos e meios de trabalho. Esta relação invertida, na perspectiva de Marx, decorria do fato de que

"... é o trabalho material [meios de produção] que se conserva e se acrescenta pela sucção do trabalho vivo, graças a qual se converte num valor que se *valoriza*, em *capital*, e funciona como tal"¹⁰⁶.

O que revelava, segundo ele, uma mudança da função do trabalho, pois

"os meios de produção aparecem ... unicamente como *sorvedouros* do maior quantum de trabalho vivo. Este apresenta-se tão-só como meio de valorização dos valores existentes e, por conseguinte, de sua capitalização"¹⁰⁷.

Desta caracterização do processo produtivo capitalista, podemos detectar como Marx apreendia a alienação vivenciada pelo trabalhador na produção. Esta como *processo de valorização*, por exemplo, apresenta também uma inusitada inversão na relação entre meio e fim: os meios de produção, enquanto capital, convertem-se num fim em si mesmo, e o trabalho, enquanto substância que valoriza o valor, transforma-se em meio. Em virtude de tal metamorfose, que oblitera a relação natural do homem com os meios de produção, Marx assinalava ainda outro aspecto daquela alienação: o trabalho deixa de ser uma manifestação do trabalhador e se converte num "modo de *existência do valor do capital*", na "própria força do capital"¹⁰⁸. Ou seja, além das relações coisificarem-se, muitas vezes sob a forma de objetos, a própria capacidade laboral do homem torna-se algo estranho à sua existência. O trabalho, uma das mais genuínas expressões humanas, só pode existir e manifestar-se no capitalismo como uma desrealização do trabalhador, como um meio de realização do capital.

No entanto, Marx mostrou que a alienação não ocorre somente com o trabalhador, ela encontra-se igualmente do lado do capitalista.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 54.

¹⁰⁷ Ibidem

¹⁰⁸ Ibidem. Napoleoni, comentando esta parte do Capítulo IV, faz a seguinte observação: "A alienação... reside nisto: que o trabalho, que seria a realização da vida do homem, transforma-se em outra coisa quando é trabalho do operário, já que nesse caso é valorização do capital; a *força do homem torna-se força da coisa e, portanto,*

A alienação do capitalista, embora classe contraposta ao trabalhador, processa-se concomitante a alienação desse. Na verdade, o capitalista, por intermédio de suas ações, aparece no cenário econômico como o agente que viabiliza a conversão da atividade do trabalhador numa "força da coisa". Para Marx, as funções que o capitalista exerce, sendo mais ou menos afetadas por sua idiossincrasia, são

"... funções do próprio capital - do valor que valoriza sugando trabalho vivo - exercidas com consciência e vontade. O capitalista só funciona enquanto capital personificado..."¹⁰⁹.

O que significa dizer que a dinâmica que o capitalista impõe à produção, por exemplo, é, antes de mais nada, uma dinâmica exigida pelo capital no seu processo de reprodução expansiva. A ação do capitalista, por conseguinte, é a ação requerida pela relação social coisificada. Por isso, a própria dominação que o capitalista exerce sobre o trabalhador ocorre destituída de toda e qualquer vestígio de personalidade¹¹⁰.

À primeira vista, a reflexão da alienação como fenômeno comum ao capitalista e ao trabalhador, como Marx fazia na maturidade, parecia a reedição dos argumentos de suas primeiras obras. Estas reflexões, todavia, se na forma apresentavam semelhanças, no que se referia aos seus fundamentos elas distanciavam-se bastante. Na *Sagrada Família*, por exemplo, o capitalista e o operário eram descritos padecendo da "mesma alienação humana": o primeiro em razão de deter a propriedade, o segundo por não ser proprietário; o primeiro por ter satisfação em detrimento do segundo, este por ter uma existência deteriorada. Em virtude do fundamento ser a concepção proudhoniana, a alienação do operário e do capitalista era criticada sob o ponto de vista ético. N'

também ela torna-se coisa" (grifo nosso). NAPOLEONI, C. *Lições Sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 30.

¹⁰⁹ MARX, K. *Capítulo VI Inédito de O Capital*, op. cit., p. 55.

¹¹⁰ "A dominação do capitalista sobre o operário é, por conseguinte, a dominação da coisa sobre o homem, a do trabalho morto sobre o trabalho vivo, a do produto sobre o produtor, já que, na realidade, as mercadorias, que se convertem em meios de dominação sobre os operários (porém apenas como meios de dominação do *capital*), não são mais do que simples resultados do processo de produção, do que produtos do mesmo." Ibidem, pp.55/56.

O **Capital** esta perspectiva foi eliminada. Marx, como mostramos, *apresentou* a alienação do capitalista e do trabalhador a partir da **forma** que assume a sociabilidade na sociedade moderna. Assim, a alienação passou a ser *exposta* como um fenômeno decorrente da impossibilidade dos dois segmentos controlarem as relações sociais e, ao mesmo tempo, serem "constrangidos" por essas a assumirem determinadas funções e procedimentos¹¹¹.

iii- Impasses do conceito de alienação de Gorz

Esta abordagem que Marx fez nas obras da maturidade da alienação não teve qualquer correspondência com a que Gorz propunha. Este distanciamento, a partir do que foi apresentado, pode ser identificado em outros três aspectos da reflexão de Gorz que, embora distintos, estão relacionados entre si.

Compreensão de Gorz da alienação como um **fazer-se humano** e não como um **estado**, por exemplo, chocava-se frontalmente com a marxiana d'O **Capital**. Enquanto Gorz fundamentava esta compreensão numa cisão entre o que a **sociedade é** e o que **deveria ser**, Marx, naquele livro, já havia superado

¹¹¹ Na **Sagrada Família**, a alienação do capitalista e do operário era descrita do seguinte modo: "A classe possuidora e a classe proletária representam a mesma alienação. Mas a primeira sente-se à vontade nesta alienação; encontra nela uma confirmação, reconhece nesta alienação de si o *seu próprio poder* e possui nela a *aparência* de uma existência humana; a segunda sente-se aniquilada nesta alienação, vê nela a sua impotência e a realidade de uma existência inumana. É, para empregar uma expressão de Hegel, no aviltamento, na *revolta* contra este aviltamento, revolta para a qual **aquela classe é empurrada pela contradição entre a sua natureza humana e a sua situação na vida**, que reside a negação franca, categórica total desta mesma natureza"(negrito nosso). MARX, K. **A Sagrada Família**, op. cit., o. 53. Já n' **O Capital**, Marx afirmava que: "Trata-se do *processo de alienação* do seu próprio trabalho. Aqui o operário está logo de início num plano superior ao do capitalista, porquanto este último criou raízes nesse processo de alienação e nele encontra a sua satisfação absoluta, ao passo que na sua condição de vítima do processo, o operário se acha de imediato numa situação de rebeldia e o sente como um processo de sujeição. Na medida em que o processo de produção é ao mesmo tempo um processo real de trabalho e o capitalista, como *supervisor* e *dirigente* daquele, tem uma função a desempenhar na produção real, (nessa medida), a sua atividade adota de imediato um conteúdo específico, múltiplo. Porém, o processo de trabalho propriamente dito, apresenta-se só como *meio* do processo de *valorização*, tal como o valor de uso do produto aparece apenas como portador do seu valor de troca. A autovalorização do capital - a criação de mais-valia - é pois o objetivo determinante, predominante e avassalador do capitalista, impulso e conteúdo absoluto das suas ações; na realidade, não é outra coisa senão o afã e a finalidade racionalizados do entesourador. **Conteúdo absolutamente mesquinho e abstrato, que, sob certo ponto de vista, faz o capitalista aparecer como que submetido a uma servidão para com a relação do capital que é igual, embora também de outra maneira, à do seu polo oposto, à do operário**" (negrito nosso). MARX, K., **Capítulo VI Inédito de O Capital**, op. cit., p. 56.

tal dicotomia. Além disso, por mais original e criativo que pudesse parecer a argumentação de que a alienação é um **fazer humano**, ela padecia de uma perspectiva **unilateral**, pois, a *práxis coagulada*, expressão do estado inerte das estruturas sociais e da alienação, era vista somente numa relação externa com a *práxis criativa*, a qual, para Gorz, era a única que permitia a efetiva apreensão da alienação. Em Marx, de acordo com a concepção de que a essência humana é o conjunto das relações sociais, a *práxis* foi concebida de maneira una, não podendo por isso ser segmentada em esferas exclusivas. Daí por que, n' **O Capital**, a alienação é concomitantemente um **estado** e um **fazer-se humano**; ou melhor, não é nem um **estado** nem um **fazer-se humano**, mas uma expressão da **forma** que assume as relações sociais.

Assim, Gorz encaminhava sua reflexão sobre a alienação noutra direção, fundando-a numa concepção segmentada da sociedade, a qual não contradizia seu humanismo. Antes pelo contrário, ela permitia fundar a alienação nesta perspectiva filosófica. Evidencia-se isso à medida em que sua explicação sempre priorizava e partia das ações dos indivíduos. Neste sentido era que Gorz dizia que só existe alienação quando os outros sujeitos "... podem fazer retornar meu ato contra mim como uma arma que eu mesmo os entrego e fazer que esse ato sirva a fins contrários aos meus"¹¹². Esta ênfase nas ações dos indivíduos não desaparecia nem mesmo quando havia referências à *práxis coaguladas*, a qual Gorz dizia delimitar o raio de atuação daqueles indivíduos. Segundo ele, quando buscava explicar a alienação do homem em relação a determinada **situação** que esse vivencia e aos **instrumentos** que mediam sua existência,

"Uma multiplicidade de ações individuais inscreveu-se na matéria e coagulou-se em um ato petrificado, numa estrutura inerte com sua duração e seu ritmo próprio. A partir deste ato fixo, dessa síntese inerte, cada qual descobre aos *outros* como falsa unidade, se sente designado ele mesmo como Outro, obrigado a fazer-se Outro; a intenção correspondente ao ato total insinua-se em cada um como um *dever* e o faz duvidar de suas próprias convicções..."¹¹³.

¹¹² GORZ, A. *Historia y Enajenación*, op. cit., p. 70.

¹¹³ Ibidem, p. 91

O elemento primeiro e último na explicação que Gorz elaborava sobre o fenômeno da alienação são os atos dos indivíduos. Não havia, nas obras deste período analisado - da década de 50 até fins dos anos 60 -, uma discussão em torno das relações sociais e da forma que essas assumem na sociedade capitalista.

É por isso, avaliamos que, apesar de seu humanismo, Gorz paradoxalmente identificava a origem da alienação na *raridade*. Esta compreensão, no entanto, apresentava dois problemas de fundo.

Por um lado, ao apontar a raridade como a causa da alienação, Gorz entrava em contradição consigo mesmo, pois identificava a origem de um fenômeno social fora das ações dos indivíduos. A escassez, aspecto marginal n' *O Capital*, era apresentada como uma imposição e limitação da natureza. Os indivíduos, enquanto não superassem esta situação material, jamais vislumbrariam a possibilidade e o efetivo domínio de sua condição humana. Ora, ao tornar absoluta a *raridade* como fundamento, o argumento de Gorz, de que a alienação só podia ser percebida a partir das ações dos indivíduos, ficava de certo modo comprometida.

Por outro, a *concepção da raridade* explicitava o problema propriamente relacionado com a negligência de Gorz para com a forma que assumem as relações sociais. Ao tratar secundariamente tal dimensão, duas debilidades revelavam-se em sua reflexão. Uma revelava-se na recorrência sistemática de Gorz a exemplos abstratos para demonstrar a alienação. Verificamos isto quando ele exemplificava como expressões de alienação a avaliação que os outros fazem de uma pessoa¹¹⁴, o comportamento que os indivíduos têm uns

¹¹⁴ "No pior dos casos - se sou desagradável, feio, desonesto ou simplesmente se me surpreendo ao ser observado no momento em que não esperava - não posso manifestar-me como sujeito e apareço como objeto de repulsão, de escândalo, de piedade, de desejo ou de ridículo no mundo do Outro. A visão das pessoas neste caso é alienante: porque nega a atividade pela qual supero minha carne, me fixa como objeto inerte, me confere uma objetividade distinta da que trato de realizar; me despoja de minha realidade própria e me reduz a ser uma coisa". Ibidem, p. 71.

com os outros no trânsito¹¹⁵, etc.. Por esta perspectiva, a explicação que Gorz desenvolvia sobre a alienação eliminava a substância dessa, convertendo-a num fenômeno social indeterminado e vazio de sentido. O conceito de alienação, com aqueles exemplos, transformava-se numa categoria puramente formal, aplicada às mais dispares situações sociais. Contudo, esta não era a única debilidade. Com a eliminação da forma das relações sociais de seu horizonte teórico em nome da *raridade*, Gorz tendia a fazer uma *homogeneização da história*. Ele, de modo parcimonioso, estabelecia comparações entre situações de diferentes sociedades, perdendo de vista a especificidade de cada uma. Assim, por exemplo, Gorz equiparava a alienação do escravo com a do operário, pois ambos realizavam projetos que os outros lhes impuseram¹¹⁶. Esta arbitrária concepção era às vezes levada às últimas conseqüências: para exemplificar a alienação social expressando-se por meio do enrijecimento das estruturas sociais, Gorz igualava o capitalismo - num momento de crise - com o feudalismo. Como nesta última sociedade, no capitalismo estagnado inexistiria mobilidade social¹¹⁷.

A indistinção das particularidades sociais, unidas pela *raridade* que acossa o homem, demonstrava mais ainda o quanto o conceito de alienação, em Gorz,

¹¹⁵ Para demonstrar que as mudanças históricas só acontecem quando os indivíduos têm consciência do resultado dos seus atos, Gorz afirma: "Tratarei de demonstrá-lo recorrendo a um exemplo simples, a circulação dos automóveis. Este exemplo, igualmente, nos permitirá chamar atenção para o fato de como as intenções para fazer da resultante das iniciativas individuais o *meio* para realizar novas ações resultam, por sua vez, em alienações enquanto persiste a *separação* dos agentes individuais". Ibidem, p. 111.

¹¹⁶ "Tomemos o exemplo do escravo que dá voltas em torno de uma nora: é livre enquanto realiza o trabalho, enquanto transforma a realidade por sua ação sobre ela... Porém, como é escravo, a atividade pela qual domina e transforma a realidade se reduz a realizar livremente os fins dos outros... O mesmo sucede com o operário especializado, por exemplo, frente a cadeia de montagem: seu trabalho requer toda sua liberdade, toda a sua atenção e, no entanto, em seus menores gestos como em seu resultado, este trabalho está determinado de antemão, a cadeia impõe seu ritmo, as normas estão calculadas e o homem se esgota frente a sua máquina para realizar um rendimento que não pode deixar de cumprir, que está determinado pela cadeia e pelos que instalaram essa cadeia. Tudo está previsto e calculado...". Ibidem, pp. 59/60.

¹¹⁷ "A alienação do indivíduo em relação à Sociedade de castas, de estamentos, pode parecer a menos apropriada para fazermos compreender nossas alienações. É que se trata de uma alienação estabelecida por antecipação pelas estruturas fixas do social, pela fixidez das técnicas e dos recursos. De qualquer maneira, as sociedades contemporâneas não estão isentas deste tipo de alienação: ela aparece quando, num momento de estagnação, as sociedades capitalistas se estratificam." Ibidem, p. 102.

padecia de formalismo. As situações singulares eram pinçadas de seus contextos e pensadas pelas suas superficiais semelhanças, e não a partir das formas sociais onde se desenvolveram. Para Gorz, importava destacar, antes de tudo, a homogênea luta do gênero humano contra uma natureza que criava obstáculos à sua realização. A história ficava aplainada numa única dinâmica, reforçando a idéia de *projeto* em detrimento do *processo*.

Ora, esta linearidade da história afetava de sobremaneira a compreensão de Gorz sobre o que representava a alienação para a sociedade. Dito de modo mais preciso: escapava a Gorz o papel que a alienação tem no interior da sociedade capitalista, por exemplo. Na verdade, este aspecto, dentro de seu fundamento teórico, não tinha a menor importância.

Diversamente, Marx, ao mesmo tempo que elaborou uma crítica da alienação como expressão da forma social capitalista, apontou que esse fenômeno apresentava uma positividade para o homem moderno¹¹⁸. Não só no plano da produção, do avanço das forças produtivas em si¹¹⁹, mas igualmente fazendo emergir um homem distinto das formações sociais anteriores e apresentando possibilidades até então impensáveis. Estas potencialidades, segundo Marx, expressavam-se claramente por meio da individualidade.

Marx elaborou uma reflexão na qual mostrava que o **nexo social** no capitalismo, além de se desenvolver independente da vontade e do saber dos

¹¹⁸ Esta positividade, no entanto, não se reduzia ao aspecto identificado por José Paulo Netto, segundo o qual a formulação marxiana do *fetichismo* deve ser tomada como uma **teoria setorial da positividade capitalista**. N' **O Capital**, para José Paulo Netto, o *fetichismo* - expressão da alienação - teria sido apreendido como um fenômeno que, além de obscurecer as relações sociais, eliminaria as contradições dessas, homogeneizando-as e fazendo com que as mesmas ganhassem uma aparência naturalizada. Só assim, para esta interpretação, o sistema alcançaria uma estabilidade, uma constância, pois que permitiria os indivíduos absorverem esta **forma social**. NETTO, José P. Capitalismo e Reificação, op. cit., da p. 86 à p. 89.

¹¹⁹ "Na produção material [capitalista], no verdadeiro processo da vida social - pois é isso o processo de produção - dá-se exatamente a *mesma* relação que se apresenta na *religião*, no terreno ideológico: a conversão do sujeito em objeto e vice-versa. Considerada *historicamente*, esta conversão aparece como o momento de transição que é necessário para impor, pela violência e a expensas da maioria, a criação da riqueza enquanto tal, quer dizer, o desenvolvimento inexorável das forças produtivas do trabalho social, única base material de uma sociedade humana livre". MARX, K. Capítulo VI Inédito de O Capital, op. cit., p. 56.

indivíduos, processa-se indiferente e independente desses. Apesar dessa adversa relação, Marx afirmava que seguramente, para os indivíduos,

"... esta independência material é preferível à ausência de relações ou a nexos locais baseados nos vínculos naturais de consangüinidade, ou nas relações de senhorio e servidão"¹²⁰.

Entretanto, ele chamava atenção para o fato de que a autonomia do **nexo social** não é algo criado naturalmente, nem muito menos inseparável ou inerente à individualidade. Para ele, pelo contrário, o caráter abstrato da relação social capitalista é produto histórico dos indivíduos, expressa uma dada forma que assume a individualidade, a qual prepara as condições de sua emancipação.

Assim, no interstício entre o **nexo social** independente e o fim dos vínculos pessoais desenvolve-se a alienação da sociedade moderna. Esta alienação, antes de tudo, constituiu-se numa condição para a emergência de uma individualidade mais rica e complexa. O grau de universalidade que alcançou esta individualidade, segundo Marx, necessitou de uma

"... produção fundada sobre o valor de troca, que cria pela primeira vez, ao mesmo tempo que a universalidade da alienação do indivíduo frente a si mesmo e aos demais, a universalidade e a multilateralidade de suas relações e suas habilidades"¹²¹.

Em nenhuma sociedade anterior, em virtude da **forma das relações sociais**, os indivíduos puderam alcançar tal estágio.

Contudo, Marx alertava que frente a esta realidade era necessário evitar dois erros: por um lado, embora o **nexo social** ganhe autonomia na sociedade moderna, seria ridículo sentir nostalgia de vínculos sociais pessoalizados; por outro, apesar de seus avanços, não se deve contentar com um individualidade baseada numa alienação universal.

Estas questões que envolvem o papel da alienação na sociedade capitalista, na medida que evocam obrigatoriamente a **forma social**, passavam ao largo das preocupações de Gorz. Assim, mesmo acentuando o indivíduo no

¹²⁰ MARX, K. Elementos Fundamentales Para La Crítica De La Economía Política, Vol 1, op. cit., p. 89.

¹²¹ Ibidem, p. 90.

contexto social, era **inaceitável** para sua perspectiva sartreana a formulação de Marx, segunda a qual a individualidade só pode se manifestar de forma universal quando os vínculos pessoais são substituídos por um **nexo social** coisificado, abstraído de sua dimensão qualitativa. A adoção deste ponto de vista teórico afastaria a ação dos indivíduos do foco da análise, cairia numa idealismo. Para Marx, pelo contrário, o encaminhamento de tal análise era o único capaz de desvelar a situação dos indivíduos, criando assim as condições para uma possível participação direta dos indivíduos sobre o conjunto das relações sociais.

AS CARACTERÍSTICAS DO NEOCAPITALISMO

Toda a reflexão desenvolvida por Gorz nos anos 50 e 60 esteve intimamente vinculada a um objetivo específico: pensar as novas características que o capitalismo assumia e propor novas alternativas de luta à classe trabalhadora. Para isso, o que mostra que recusava as usuais e dogmáticas concepções que eram naquele momento predominante na esquerda marxista, analisou as várias esferas da vida social para, daí, mostrar que modificações o capitalismo pós-guerra trazia consigo. Este confronto ocorria também em relação às tradicionais formulações táticas e estratégicas do movimento dos trabalhadores, o qual se encontrava ainda fortemente influenciado pela perspectiva da III Internacional.

Como antecipamos na introdução, a produção teórica de Gorz, para o que se convencionou a chamar de *marxismo ocidental*, caracterizou-se como algo singular. Se por um lado seu trabalho desenvolveu-se fora do partido, algo comum ao velho Lukács, a Adorno, a Sartre, dentre alguns, por outro o objeto de sua preocupação não foi nem estético, nem cultural, nem científico. Sua preocupação central, como veremos a seguir, foi o de produzir um pensamento direcionado para a luta dos trabalhadores, ainda que fora da militância partidária.

2.1. A nova fase do capitalismo.

- A heteronomia como traço distintivo.

Fundado em sua perspectiva teórica, Gorz desenvolveu uma análise onde buscava mostrar que o capitalismo, em sua fase monopolista, havia entrado num estado de paralisia. Ele identificava tal estado, não na estagnação das forças produtivas, pois as mesmas encontravam-se bastante desenvolvidas, mas no poder avassalador que a *práxis coagulada* passou a ter sobre a *práxis criativa*. No capitalismo monopolista, no *neocapitalismo*, as ações individuais passaram a enfrentar maiores obstáculos para realizarem-se.

Este poder da *práxis coagulada*, que Gorz denominou de *heteronomia*, constituía uma característica marcante do capitalismo monopolista, estando presente, segundo ele, nas mais distintas áreas da vida social.

Gorz desenvolveu tal reflexão a partir desta nova fase do capitalismo que, incrementada com o fim da II Guerra, deu frutos que nunca tinham sido vistos. Segundo Mandel,

"... de 1958 a 1962, o volume total da produção industrial cresceu 34% nos países do Mercado Comum [Europeu]. Durante o mesmo período, a produção elevou-se em 70% para os automóveis, 100% para os plásticos e em 235% para as fibras sintéticas... Nos Estados Unidos, quanto a produção de eletricidade, ela atinge, no presente [1964], a média mensal de 90 bilhões de quilowatt/hora, contra 66 bilhões de quilowatt/hora, em 1959, e 60 bilhões de quilowatt/hora, em 1958"¹²².

Esta tendência impetuosa, num plano geral, prolongou-se por toda a década de 60 até o começo dos anos 70: de 1960 à 1973, as taxas anuais de crescimento econômico oscilaram entre 5,1% e 4,7%¹²³. Mesmo não englobando a totalidade da população, esta abundância repercutiu diretamente no nível de vida da classe trabalhadora. Assim, nos Estados Unidos, por exemplo, a média salarial semanal saltou de us\$ 220, em 1949, para us\$ 350, em 1973; a média anual da renda

¹²² MANDEL, E. "L' Apogée du Néo-capitalisme et Ses Lendemain" in *Les Temps Modernes*, nº 219/220, Paris, 1964, pp. 196/197.

¹²³ HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*, S. Paulo, Edições Loyola, 1992, p. 126.

familiar passou de us\$ 15 mil, em 1950, para aproximadamente us\$ 30 mil, em 1973¹²⁴.

Foi nesta inusitada emergência da abundância material que Gorz identificou onde poder-se-ia apreender a *heteronomia*. Mais precisamente: o incremento no volume de riqueza, que proporcionou à grande parte da população dos países centrais a satisfação das condições básicas de vida, repercutiu diretamente sobre o significado da **necessidade**.

Partindo de sua perspectiva marxista, que ressaltava a escassez, Gorz compreendia a **necessidade** como uma dimensão humana negativa, pois, esta impõe aos homens situações que esses buscam autonomamente superar por meio de suas ações; ou seja, a **necessidade** tem um caráter revolucionário a medida que permite o desenvolvimento e as transformações da sociedade. Todavia, segundo Gorz, o capitalismo monopolista havia operado uma inversão nas dimensões da **necessidade**: as verdadeiras, autônomas e autênticas foram substituídas por falsas, heterônomas e inautênticas¹²⁵. Mesmo não absolutamente excludentes, o segundo conjunto das novas dimensões passaram a preponderar. "As necessidades médias da população...", explicava Gorz esta metamorfose,

"... não podem ser desenvolvidas e satisfeitas senão sob a condição de serem estandarizadas, por um lado, e serem dirigidas, por outro, para os produtos massificados, cuja a produção é a mais lucrativa para a indústria. **A mesma necessidade que era individual e autônoma na economia da escassez, é socializada e extremamente condicionada na economia da abundância relativa**"¹²⁶ (negrito nosso).

¹²⁴ Ibidem, p. 127.

¹²⁵ "No presente... tudo modifica-se: ...a necessidade, em vez de fundamentar a reivindicação social e o projeto de mudar a sociedade, é fundada *pela* sociedade existente com vistas a sua própria perpetuação; ... os homens não projetam uma sociedade segundo *suas* necessidades, mas a sociedade modela os homens segundo *suas* necessidades; ...as necessidades não são as razões autônomas que exigem, mas *as coisas são as razões heterônomas das necessidades que exigem*". GORZ, A. *Historia y Enajenación*, op. cit., p. 271.

¹²⁶ Ibidem, p. 274. A proximidade desta perspectiva com a dos frankfurtianos é notória. Não por acaso, cinco anos após este livro de Gorz, Marcuse afirmava: "Podemos distinguir tanto as necessidades verídicas como as falsas necessidades. "Falsas" são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça. Sua satisfação pode ser assaz agradável ao indivíduo, mas a felicidade deste não é uma condição que tem de ser mantida e protegida caso sirva para coibir o desenvolvimento da aptidão (dele e de outros) para reconhecer a moléstia do todo e aproveitar as

Os monopólios faziam com que a sociedade estivesse a serviço da produção, transformando a primeira em consumidora cega das riquezas produzidas por essa última; ocorria, assim, a configuração de uma nova dimensão da alienação. Esse autoritarismo, como observava Gorz com circunspeção, obstaculizava a realização humana à medida que

"... o capitalismo dos monopólios conseguiu impedir [a] subordinação da produção à atividade criadora, abafar toda atividade criadora e perpetuar, como no tempo da carência geral, uma subordinação inversa, em particular a do consumo às exigências do processo de produção"¹²⁷.

A propalada livre escolha dos indivíduos no mercado, na verdade, havia se convertido no oposto:

"Pela extensão de sua ditadura à cultura, à esfera privada, às instituições locais e nacionais, o capital monopolista apareceu finalmente desmascarado: exigindo a produção pela produção, isto é, a acumulação pela acumulação; **exigindo a colocação da sociedade em estado de consumo forçado. E também ... exigindo um tipo de indivíduos passíveis de serem postos em condição de consumo forçado e passivo: os indivíduos de massa...**"¹²⁸ (negrito nosso).

Assim, similar à avaliação dos frankfurtianos, Gorz chamava a atenção para o **estreitamento da esfera individual** do homem, que era promovido pelo capitalismo desenvolvido¹²⁹. Havia por meio da mídia e de outros mecanismos, uma tendência para se homogeneizarem - padronizando - os comportamentos e aspirações dos indivíduos, que, assim, diluíam suas particularidades. Esta massificação, concomitante, produzia um **conformismo**, o qual, acompanhado de um acesso à riqueza material por parte dos trabalhadores, criava obstáculos

oportunidades de cura. Então, o resultado é euforia na infelicidade. A maioria das necessidades comuns de descansar, distrair-se, comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertence a essa categoria de falsas necessidades. Tais necessidades têm um conteúdo e uma função sociais determinados por forças externas sobre as quais o indivíduo não tem controle algum; **o desenvolvimento e a satisfação dessas necessidades são heterônomas**"(negrito nosso). MARCUSE, H. A Ideologia da Sociedade Industrial, 5ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, p. 26.

¹²⁷ GORZ, A. Estratégia Operária e Neocapitalismo, op. cit., p. 78.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ "Na indústria, o indivíduo é ilusório não apenas por causa da padronização do modo de produção. Ele só é tolerado na medida em que sua identidade incondicional com o universal está fora de questão. ...O individual reduz-se à capacidade do universal de marcar tão integralmente o contingente que ele possa ser conservado como o mesmo. ...As particularidades do eu são mercadorias monopolizadas e socialmente condicionadas, que se fazem passar por algo de natural". ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento, 2ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 144/145.

para sua ultrapassagem. Tal resistência adquirida pelo sistema ocorria não só porque a atividade dos indivíduos teve de se

"... submeter aos quadros e aparatos existentes e, por isso, socializar-se; mas, sobretudo, porque, de par com a insatisfação das necessidades elementares, desapareceu para a maioria o mais poderoso fermento de negatividade: a reivindicação *autônoma*, fundada unicamente na necessidade"¹³⁰.

Além disso, para Gorz, as necessidades não-elementares eram facilmente condicionadas pela publicidade, **mistificando** a posse dos bens que não eram voltados para a satisfação de necessidades vitais.

Este conformismo e **mistificação**, tomados em conjunto, propiciavam o simultâneo aparecimento de explicações que diziam estar se processando um aburguesamento do proletariado. O reforço desta perspectiva, de modo complementar, era encontrado no crescimento do setor terciário em relação aos outros dois¹³¹. Gorz, além de ter mostrado que a abundância não era *per si* garantia da realização humana, criticou tal abordagem destacando que tanto os operários como os colarinhos-brancos padeciam, no trabalho, de alienações similares.

Gorz, primeiramente, mostrava que o trânsito da fase concorrencial para a monopolista, com o desaparecimento da figura do empresário individual, tivera implicações profundas na organização das grandes empresas. No lugar daquele, surgira um grupo de técnicos especializados que passava a planejar e executar as diretrizes dos oligopólios de forma racional, tentando suprimir todo e qualquer

¹³⁰ GORZ, A. Historia y Enajenación, op. cit., p. 279. Também, aqui, a proximidade com Marcuse é notória. Este afirmava que "a particularidade distintiva da sociedade industrial desenvolvida é a sufocação das necessidades que exigem libertação... enquanto mantém e absolve o poder destrutivo e a função repressiva da sociedade afluenta. Sob o jugo de um todo repressivo, a liberdade pode ser transformada em poderoso instrumento de dominação. O alcance da escolha aberta ao indivíduo não é fator decisivo para a determinação do grau de liberdade humana, mas *o que* pode ser escolhido e o que *é* escolhido pelo indivíduo. ...A livre escolha entre ampla variedade de mercadorias e serviços não significa liberdade se esses serviços e mercadorias sustentam os controles sociais sobre uma vida de labuta e temor - isto é, se sustentam alienação. **E a reprodução espontânea, pelo indivíduo, de necessidades superimpostas não estabelece autonomia; apenas testemunha a eficácia dos controles**"(negrito nosso). MARCUSE, H. A Ideologia da Sociedade Industrial, op. cit., p. 28.

¹³¹ Este viria a ser um dos eixos da argumentação de Daniel Bell em **Advento da Sociedade Pós-Industrial**, de 1973.

imprevisto e, em consequência, improvisação¹³². A estrutura das grandes empresas, por funcionar por meio de determinantes técnicos, emergia como algo essencialmente impessoal.

A impessoalidade, em seus desdobramentos, trazia consigo um problema: a hostilidade dos empregados - englobando tanto operários como colarinhos-brancos - em relação ao trabalho, pois que este tornara-se heterônomo em relação àqueles. A tentativa da empresa para superar esta situação, que no fundo acabava reforçando-a, Gorz assim retratava:

"Como substituir ... a finalidade do trabalho autônomo, quando se faz heterônomo, alienado a imperativos estranhos? À indústria norte-americana se coloca este problema há vinte anos, mobilizando milhares de psicólogos e de sociólogos; é compreensível sua preocupação"¹³³.

A *heteronomia*, que se originava na estrutura racionalizada e tecnificada dos oligopólios tornava-se, assim, uma realidade que aprisionava e oprimia, mais ainda, os indivíduos. Mesmo os altos funcionários, por meio dos benefícios que tinham acesso - maiores salários e participação acionária nas companhias - não se desvencilhavam desta *heteronomia*, pois que se exploravam e alienavam como patrões de si mesmos. Todos transformaram-se em engrenagens de um "mecanismo que funcionava por meio deles".

A *heteronomia*, resultante do processo de racionalização da economia, teria aprofundado a alienação no processo produtivo.

¹³² "Na época heróica do capitalismo, o empresário não podia triunfar se não possuía capacidades técnicas, comerciais, administrativas, políticas; e não podia possuir essas competências, o espírito de empresa e o dinamismo necessários se não amava seu trabalho, se não projetava *fazer* algo mais que dinheiro. ... A força das empresas, de serem transmitidas por herança, de se concentrarem, de repartirem o mercado e monopolizá-lo, deixou de ser obra dos iniciadores e homens de ação para converter-se em *propriedade* de uma casta." GORZ, A. *Historia y Enajenación*, op. cit., pp. 295/296. Quinze anos antes, Adorno e Horkheimer afirmavam algo semelhante: "A possibilidade de torna-se sujeito econômico, um empresário, um proprietário, está completamente liquidada. As empresas autônomas (incluindo-se aí as mais humildes lojinhas), cuja direção e transmissão hereditária constituíam a base da família burguesa e da posição de seu chefe, caíram numa dependência sem perspectivas. Todos tornaram-se empregados e, na civilização dos empregados, desapareceu a dignidade (aliás duvidosa) do pai" (negrito nosso). ADORNO, Theodoro W. e HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*, op. cit., p. 143.

¹³³ GORZ, A. *Historia y Enajenación*, op. cit., p. 298.

Apesar da proximidade com a análise empírica dos frankfurtianos, Gorz não compartilhava dos horizontes que aqueles delineavam para a sociedade. Diferindo-se do pessimismo estóico dos alemães, para ele havia saída, uma perspectiva de devir social. A ênfase de Gorz na *heteronomia*, algo comum às reflexões de Adorno e Marcuse, visava na verdade ressaltar a ação criadora dos indivíduos e sua capacidade de romper com tal situação social, como veremos mais a frente.

- A forma social capitalista como efetiva força heterônoma.

Mas, se a convicção na ação dos indivíduos - em particular na dos trabalhadores - distanciava Gorz dos frankfurtianos, o mesmo não ocorria com a questionável explicação sobre de onde originava-se a força *heterônoma* da mídia. Ele explicava a manipulação de massa como uma estratégia da grande empresa, dos oligopólios, para encobrir a capacidade que as forças produtivas tinham alcançado para satisfazer as necessidades vitais. Segundo Gorz, a **procura natural** para a reprodução da vida não era mais capaz de encobrir a verdadeira finalidade da produção capitalista: a acumulação de excedente. Com o advento da produção em massa, em que imperam as falsas necessidades, a mídia constituiu-se num instrumento eficiente para mistificar e perpetuar o sistema, pois que a finalidade da produção continuou oculta¹³⁴.

Esta tentativa de explicação, na verdade, atinha-se ao imediato, ao aparente. Gorz desconsiderava a dinâmica do sistema que, antes de requerer um instrumento de manipulação, criou condições para este se desenvolver.

Em seu livro **Capitalismo Tardio**, Ernest Mandel elaborou uma reflexão na qual mostra que aquelas condições foram consubstanciadas com o incremento

¹³⁴ Gorz desenvolveu esta explicação no livro **Estratégia Operária...**, da página 70 à 80. A certa altura ele afirmava: "A negação da origem e do caráter social das necessidades, e, de uma maneira necessariamente social, da satisfação das mesmas; a afirmação de uma possível libertação individual, pela aquisição de meios de evasão (cuja produção social é cuidadosamente mascarada), constituem as mistificações fundamentais da civilização dita opulenta". GORZ, A. Estratégia Operária e Neocapitalismo, op. cit., p. 76.

que as *funções intermediárias* tiveram a partir do desenvolvimento do processo produtivo promovido pelo capital para a sua reprodução. Ou seja, à medida que foi ocorrendo uma expansão da produção voltada para o mercado, processou-se um aprofundamento constante da divisão social do trabalho, o que abriu a possibilidade para a ampliação das atividades não produtivas, dos serviços, etc¹³⁵. Estas *funções intermediárias*, em virtude do estreitamento do mercado, atingiram sua plenitude na fase monopolista e passaram a desempenhar dois papéis fundamentais para o sistema: além de representarem novas áreas de investimentos, constituíram-se numa válvula de escape para os excedentes ociosos e num mecanismo capaz de acelerar o tempo de giro do capital¹³⁶. Tais *funções intermediárias* abrangeram desde os serviços de transportes até a publicidade¹³⁷.

A publicidade em particular, conjuntamente com a obsolescência planejada e as falsas necessidades daí decorrentes, constituíram-se num imprescindível instrumento para o capitalismo contemporâneo. Para Baran e Sweezy, que influenciaram o estudo de Mandel,

"Num sistema econômico no qual a competição é feroz e impiedosa, e no qual a escassez de rivais afasta a possibilidade de reduções de preço, a publicidade se torna, em proporções sempre crescente, a arma principal da luta competitiva"¹³⁸.

¹³⁵ "Quanto mais generalizada a produção de mercadorias e quanto mais adiantada a divisão de trabalho, tanto mais essas funções intermediárias precisam ser sistematizadas e racionalizadas, a fim de assegurar produção e vendas contínuas. A tendência à redução do tempo de giro do capital, inerente ao modo de produção capitalista, só pode torna-se realidade se o capital (comercial e financeiro) se apossar cada vez mais dessas funções intermediárias"(negrito nosso). MANDEL, E. O Capitalismo Tardio, S. Paulo, Abril Cultural, 1982, pp. 269/270.

¹³⁶ Ibidem, pp. 272/273.

¹³⁷ "A lógica do modo de produção capitalista impede a distribuição de uma parcela cada vez maior da renda nacional para o proletariado. Como explica Marx nos *Grundrisse*: *a massa de produtos cresce numa proporção semelhante (à produtividade do trabalho)... da mesma forma cresce também a dificuldade de realizar o tempo de trabalho neles contidos - porque aumentam as demandas de consumo. Essa é a explicação do desenvolvimento fantástico de dois serviços específicos - a publicidade e pesquisa de mercado, por um lado, e o crédito ao consumidor, por outro - cuja a função é conhecer e extravar esses limites*" (negrito nosso). Ibidem, p. 279.

¹³⁸ BARAN, Paul A. e SWEEZY, Paul M. Capitalismo Monopolista, 3ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, p. 120.

As grandes empresas vêm-se forçadas a agirem de forma impetuosa e agressivamente para conquistarem os consumidores em potencial e com isso dominar uma fatia do mercado. Para isto, quer por meio da persuasão, quer do sugestionamento, a publicidade passou a desempenhar papel de destaque. Assim, os gastos por ela demandados, por mais irracionais que pudessem parecer,

"... se tornou parte integrante da política de maximização do lucro das empresas, e serve ao mesmo tempo como uma formidável muralha na proteção de posições monopolistas"¹³⁹.

Esta perspectiva que lançavam Baran e Sweezy, bem como aquela de Mandel, não negava que a mídia, em especial a publicidade, podia exercer, como efetivamente exerce, uma manipulação sobre os indivíduos. Todavia, podemos tirar as seguintes conclusões dessa perspectiva que, se não se contrapõem às reflexões de Gorz, estavam ausentes delas: 1- a publicidade é na realidade uma pseudo e aparente força heterônoma; 2- o poder da publicidade, antes de tudo, decorre da forma social capitalista, a qual, apesar de aparente independência, é a efetiva força heterônoma frente à sociedade. Esta perspectiva teórica nos dá subsídios para criticar a concepção de Gorz sobre o declínio do capitalista empreendedor e a emergência da estrutura impessoal das grandes empresas.

No que se refere ao capitalista, Gorz e os frankfurtianos esqueciam que desde os primórdios do capitalismo, como Marx havia ressaltado, o burguês age como "capital personificado". Neste sentido, como já indicamos, as ações do burguês sempre moveram-se sob a égide do capital, sempre defrontaram-se com uma força para além delas. O que daí resultou foi que, para enfrentar e responder ao mercado, a própria iniciativa do capitalista corroborou para a emergência dos monopólios. Noutras palavras: a força da iniciativa individual do capitalista - na verdade, a força da coisa - conduziu à supressão desta mesma

¹³⁹ Ibidem, p. 124. Como mostraremos mais adiante, o poder econômico das grandes empresas não pode ser compreendido como algo absoluto, pois, se assim pensarmos, a lógica e o funcionamento do mercado seriam comprometidos.

iniciativa. Assim, o poder heterônomo, que na fase concorrencial existia sobre a "livre iniciativa" de forma imanente, por meio do mercado, na fase monopolista foi explicitado com o advento das grandes corporações.

Objetivamente, a centralização do capital em oligopólios, em sociedades anônimas, etc., inviabilizou a ação empreendedora do capitalista em razão de dois aspectos básicos. Por um lado, a relação entre propriedade e administração foi tornando-se cada vez mais tênue. Por outro, em razão do vertiginoso crescimento das empresas, a administração dessas - da produção às vendas - passou a requerer um corpo técnico capaz de analisar os mercados, de criar métodos para reduzir custos, de descobrir alternativas e/ou oportunidades mais lucrativas, etc.. Este cenário econômico mais complexo, que criou obstáculos às ações aventureiras, fez com que aparentemente a realização do capital perdesse seu caráter irracional. Na avaliação de Baran e Sweezy,

"... a grande companhia tem um horizonte temporal maior do que o capitalista individual, e é um calculador mais racional. Essas diferenças estão fundamentalmente relacionadas com a escala, incomparavelmente maior, das operações da companhia gigante"¹⁴⁰.

Desta forma, a impessoalidade das estruturas das grandes empresas não nasceu somente de suas determinações técnicas, as quais teriam aniquilado a capacidade de iniciativa do capitalista individual, mas, **fundamentalmente**, da necessidade sócio-histórica do capital para prosseguir no seu processo de acumulação. O capital, por meio dos oligopólios, deixou de necessitar do empresário para personificar-se. Esta impessoalidade, porém, não é algo exclusivo da fase monopolista. Ela, na realidade, é um dos traços de ruptura que distinguiu a sociedade moderna das pré-capitalistas. A sedimentação da atual sociabilidade, como já enfatizamos na discussão sobre a alienação, desenvolveu-se prescindindo e eliminando todos os vínculos locais, todos os laços de consangüinidade, etc.. Assim, as relações sociais tomaram uma

¹⁴⁰ Ibidem, p. 56.

característica eminentemente despersonalizada¹⁴¹. Mesmo quando administrava diretamente seus negócios, o capitalista mantinha uma relação impessoal com o trabalhador, restando entre eles o frio nexo mercantil.

De par com esta impessoalidade da empresa, o trabalhador no interior do capitalismo sempre se deparou com um poder heterônomo sobre sua atividade laboral. Tal situação do trabalhador era desconsiderada por Gorz em dois aspectos.

Em primeiro lugar, ele esquecia que a própria alienação do trabalhador em relação à produção, pois que esta no capitalismo encontra-se voltada para uma finalidade que lhe é estranha, expressa implicitamente uma forma de *heteronomia*. Na verdade, como havia mostrado Marx, desde a manufatura o trabalhador, pelo fato da produção se contrapor - como capital - a ele, necessitava ser vigiado e ter restringido suas ações para a produção de mais-valia¹⁴². Noutras palavras, qualquer que seja a fase do capitalismo, a *heteronomia* estará sempre presente.

Em segundo lugar, o que explica sua debilidade, Gorz passava ao largo da categoria marxiana de *subsunção*. Marx, n' *O Capital*, elaborou esta categoria para expressar a condição de uma produção que passava a ser regida pelo capital, pelo movimento auto-expansivo deste, não mais estando voltada somente para a produção de valores-de-uso. Esta produção transformou-se, antes de tudo, num meio de extração de *sobretabalho*; independente de seu

¹⁴¹ Paulo Silveira, no seu interessante trabalho sobre a reflexão marxiana sobre a alienação e o *fetichismo*, argumenta que o aspecto mais genuinamente revolucionário do capitalismo refere-se à "... modificação profunda de uma *mediação* e de uma *alienação* que se personificam em razão de determinadas cristalizações sociais por uma *mediação* e *alienação* despersonalizada e moldadas na *coisa*, no *valor de troca*". SILVEIRA, P. "Da Alienação ao Fetichismo - Formas de Subjetivação e de Objetivação" in *Elementos Para Uma Teoria Marxista da Subjetividade*, São Paulo, Vértice Editora, 1989, p. 60.

¹⁴² No capítulo sobre a "*Cooperação*", Marx afirmava: "Com a quantidade dos trabalhadores simultaneamente empregados cresce sua resistência e com ela, necessariamente, a pressão do capital para **dominar essa resistência** ... Com o volume dos meios de produção que se põe diante do trabalhador como propriedade alheia, cresce a **necessidade de controlar** adequadamente a aplicação desses meios" (**negrito** nosso). MARX, K. *O Capital*, Livro I, vol. I, op. cit., p. 380.

estágio tecnológico, ela é um processo do próprio capital¹⁴³. Assim, com a categoria de *subsunção*, quer em sua expressão *formal* ou *real*, a *heteronomia* está implícita ou explicitamente colocada. Como corolário, há sempre sobre o trabalhador, necessariamente, um poder que lhe escapa e retroage sobre ele.

Esta linha de reflexão possibilita mostrar que não foi a monopolização, com seu instrumental gerencial e produtivo taylorista e fordista, que viabilizou a gestão do trabalho para além dos operários e dos chamados trabalhadores de colarinhos-brancos. A correção de Gorz, se ele tomava Marx como referencial, seria ter enfatizado que, nesta fase do capitalismo, o poder heterônomo sobre o trabalho havia ficado mais complexo.

¹⁴³ "... A produção de mais-valia ... constitui o conteúdo e o objetivo específico da produção capitalista, quaisquer que sejam as modificações do próprio modo de produção, relacionadas com a subordinação do trabalho ao capital" (negrito nosso). Ibidem, p. 340.

2.2. Os trabalhadores no neocapitalismo.

- A nova composição da classe trabalhadora.

A caracterização que Gorz elaborou sobre a nova fase que havia entrado o capitalismo, ressaltando em particular a *heteronomia*, foi acompanhada de uma análise da classe trabalhadora. Diferindo-se das concepções tradicionais sobre o proletariado, tal análise buscou apreender a metamorfose pela qual estava passando a composição daquela classe: não só havia uma constatação sobre a tendência à redução do número de operários no conjunto da classe trabalhadora, bem como de que a participação dos trabalhadores técnico-científicos era cada vez maior no processo produtivo. Para Gorz, esta reflexão sobre a nova composição da classe trabalhadora justificava-se à medida em que esta realidade implicava novos desafios à sua ação política.

Com objetivos diferentes, inúmeros estudos descreveram e analisaram este novo perfil da classe trabalhadora. Em princípios dos anos 50, no clássico *White Collar*, que Gorz tomou como um de seus referenciais, Wright Mills destacou que os antigos estratos médios americanos - pequenos proprietários, profissionais liberais, etc. - estavam sendo substituídos por outros incorporados à massa de assalariados. A composição desta, em razão do aumento da produtividade industrial, do desenvolvimento da distribuição e da ampliação das funções de coordenação, havia sido alterada: em 1940, enquanto a produção empregava 46% dos trabalhadores, os setores de prestação de serviço, de distribuição e coordenação empregavam conjuntamente 54%¹⁴⁴. Por seu turno, destacando como um dos traços que caracterizava a *sociedade pós-industrial*, Daniel Bell mostrou a substancial

¹⁴⁴ MILLS, W. *A Nova Classe Média*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, p. 86. Segundo a *International Labour Review*, citada por Daniel Bell, na Europa, em 1960, enquanto a indústria ocupava 38%

mudança que havia se processado na distribuição americana de emprego: "De 1947 a 1968, houve um crescimento de cerca de 60% nos empregos em serviços, enquanto as indústrias produtoras de bens apresentaram um aumento inferior a 10%"¹⁴⁵. *Pari passu*, também foi constatado que, o contingente operário não acompanhava o processo de crescimento de uma força de trabalho com formação técnico-científica. De acordo ainda com Bell, de 1940 ao término dos anos 60,

"Enquanto o índice de crescimento da classe profissional em geral foi duas vezes maior que o da média da força de trabalho, o índice de aumento do número de cientistas e engenheiros foi três vezes maior que o da população operária"¹⁴⁶.

Esta realidade, para Gorz, impunha a necessidade de mudar a concepção sobre a classe trabalhadora, pois que essa era ainda a que poderia levar a efeito uma efetiva transformação social. Assim, tomando Wright Mills como referencial, Gorz buscou mostrar, por exemplo, que o crescimento do setor terciário, em vez de aburguesar os trabalhadores, impelia-os a uma degradação bem maior do seu ser. Isto porque a situação que outrora era apenas restrita aos operários, passava a atingir os antigos profissionais e pequenos proprietários arruinados - feitos empregados, principalmente em atividades não-produtivas, os mesmos ficaram tanto a mercê do mercado como das determinações administrativas. A aura que envolvia essas atividades havia sido rompida: a visão do trabalho como algo mortificante, que não realiza os indivíduos, se generalizara. Por isso, na fase monopolista, mais do que nunca, o trabalho perdia e deixava de ser identificado como algo importante na vida de cada pessoa¹⁴⁷.

da força de trabalho, o setor de serviços já atingia a cifra de 34%. BELL, D. O Advento da Sociedade Pós-Industrial, S. Paulo, Editora Cultrix, 1977, p. 30.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 151.

¹⁴⁶ Bell concluía esta descrição com os seguintes números: "Em 1975, os Estados Unidos, talvez tenham cerca de 550.000 cientistas..., contra os 275.000 de 1960, e quase um milhão e meio de engenheiros, em contraposição com 800.000 de 1960". Ibidem, p. 31.

¹⁴⁷ Interessante a análise de Wright Mills no que se referia a relação dos trabalhadores, em especial os colarinhos-brancos, com o trabalho. Tomando como referencial a reflexão de Marx, o sociólogo americano chamava a atenção para o fato de que, com o assalariamento, a mecanização e a racionalização do setor terciário, o empregado de colarinho-branco não mais identificava no trabalho sua vida. Sua atividade, conseqüentemente, havia sido reduzida de importância no interior de sua existência. A vida, antes pelo contrário, passava a ser

A homogeneidade que passou a existir entre a situação do operário e a do colarinho-branco, não possibilitava, de imediato, uma unidade política para o enfrentamento do sistema. Seguindo indicações de Mills, Gorz mostrava que esta dificuldade decorria do fato dos empregados do setor terciário, presos num passado idílico, não conseguirem vislumbrar uma saída coletiva, sendo esta solução vista como prejudicial, pois legitimava a perda do *status* anterior. As características que envolviam os colarinhos-brancos, assim, obstaculizavam vislumbrarem o socialismo em seus horizontes (aspecto que fugia às preocupações Mills).

A realidade, no entanto, se apresentava impossível de retornar à situação anterior: contrariando o caráter ilusório e irrealizável de seus fins que mantinham, os colarinhos-brancos vivenciavam uma alienação mais radical que os operários à medida que, além de venderem a força-de-trabalho como esses últimos, adjudicavam também sua "personalidade íntima" a terceiros. Com isso, Gorz, tendo ainda Mills como referencial, queria dizer que, enquanto os operários podiam salvar sua personalidade após a jornada de trabalho, os empregados do terciário tinham suas personalidades permanentemente ligadas ao trabalho, pois que suas vidas - formação técnica, modo de se vestir, aspirações de consumo, etc. - tinham que corresponder aos padrões estabelecidos pelos cargos que ocupavam. Frente tal situação, para Gorz, seria tarefa do marxismo ajudar a desmistificar a situação dos empregados de colarinhos-brancos, conscientizando-os, e, com isso, contribuir para a unificação política dos trabalhadores¹⁴⁸.

identificada com o não-trabalho. Esta perspectiva, se não contradiz, mostrava-se de forma diferente, pois partia da natureza alienante das relações capitalistas, daquela que argumentaria "não ser mais o trabalho uma categoria sociológica chave", apresentada por Claus Offe e defendida por Gorz nos anos 80. MILLS, W. *A Nova Classe Média*, op. cit.. Ver, principalmente, o Capítulo X, *O Trabalho*.

¹⁴⁸ GORZ, A. *Historia y Enajenación*, op. cit., p.303.

A recorrência às reflexões que Marx elaborou nos *Grundrisse*¹⁴⁹ sobre o processo de produção foi igualmente importante para que Gorz fizesse uma análise das características que pouco a pouco se apossavam dos trabalhadores da indústria de ponta. Mais especificamente, Gorz analisou a situação que envolvia e dava contornos específicos aos trabalhadores técnico-científicos, os quais, como já mencionamos, com advento de processos produtivos mais complexos e dos primeiros passos da automação, tendiam a crescer em relação aos operários desqualificados. Além disso, as reflexões marxianas serviam de instrumental que auxiliavam nas análises dos impasses que tamanha transformação provocava nos valores da sociedade burguesa.

Tendo este referencial teórico como pano de fundo, Gorz analisava que, conjuntamente com a emergência dessa nova composição da classe trabalhadora, o *Welfare State* (ou *neocapitalismo*) apresentava a confluência de ser, por um lado, uma sociedade que tinha alcançado a possibilidade de satisfazer os indivíduos em suas necessidades naturais -vitais-; por outro, o que viabilizava este padrão de riqueza material, desenvolveu um processo produtivo que alcançava um patamar capaz de propiciar o surgimento da automação. Objetivamente, mostrava ele, o "ciclo viver para trabalhar, trabalhar para viver"¹⁵⁰ não se apresentava mais fechado e, por isso, havia a possibilidade dos homens passarem a subordinar a produção às suas necessidades; ou seja, de eliminar a

¹⁴⁹ Esta recuperação dos *Grundrisse* se refere, especificamente, a parte que se encontra no Vol. II, da p. 216 à p. 237, da edição da SIGLO VEINTIUNO EDITORES (vide bibliografia). É importante destacar que esta reflexão de Marx seria utilizada, com frequência, nas obras posteriores de Gorz.

¹⁵⁰ GORZ, A. *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, op. cit., p. 109. Gorz iniciava este seu livro com as seguintes duas observações: "O que mudou... foi que a recusa da sociedade perdeu, nos países capitalistas avançados, sua *base natural*. Enquanto a miséria - isto é, a privação do que é necessário para viver - era a condição da maioria, a necessidade de um desabamento revolucionário da sociedade podia vir automaticamente. Proletários e camponeses miseráveis não tinham necessidade, para se erguerem contra a ordem existente, de saber que outra sociedade pretendiam construir: o pior era o presente; não tinham nada a perder. Mas agora, nas sociedades mais ricas, o pior não é mais tão seguro. ...Aí está uma primeira razão pela qual a miséria não pode mais servir de fundamento à luta pelo socialismo. Há uma segunda: os trabalhadores para os quais a satisfação de suas necessidades *vitais* permanece insuficiente constituem, *virtualmente*, uma retaguarda. O capitalismo desenvolvido, não apenas para a vantagem de uma minoria de trabalhadores qualificados, tem também necessidade de consumidores para seus produtos. A reivindicação em nome das necessidades *imediatas*, se permanece necessária, não mais leva a uma colocação em questão radical da sociedade". *Ibidem*, pp. 9/10.

heteronomia. Esta possibilidade, principalmente em virtude das necessidades vitais estarem satisfeitas e da emergência de um trabalhador com um nível cultural elevado, se apresentava factível a medida em que a práxis humana tomava consciência de si.

Na sociedade capitalista, porém, esta possibilidade era bloqueada. O impasse que daí decorria, para Gorz, se apresentava por meio de uma nova contradição que se instaurava no interior da sociedade:

"... um conflito mais freqüentemente latente, porém aberto e agudo em um número cada vez maior de setores, coloca os trabalhadores mais qualificados em oposição à lógica do capitalismo monopolista"¹⁵¹.

Esta oposição dos trabalhadores técnico-científicos, Gorz avaliava como resultado do choque entre a elevada formação daqueles e o poder heterônomo que a tolhia. As empresas, assim, tratavam uma força-de-trabalho de qualificação elevada, que por sua natureza não poderia ser subordinada aos ditames das concepções tayloristas, nos moldes que tinham dispensado ao operário desqualificado. Noutras palavras: a potencialidade intelectual, presente nos trabalhadores da indústria avançada, era reduzida à uma condição de unilateralidade¹⁵².

Assim, a *heteronomia* à que estava subordinado o trabalho técnico-científico era, para Gorz, colocada em xeque. Como corolário, a luta pela autogestão, proposta que o movimento socialista deveria levar a efeito, colocava-se como uma necessidade histórica. Necessidade esta que tendia a extrapolar o mundo fabril e passaria, "... sem solução de continuidade, do

¹⁵¹ Ibidem, p. 110.

¹⁵² "A contradição fundamental é a que opõe as exigências e os critérios de lucratividade do capital monopolista ou do grande banco às exigências inerentes a uma atividade autônoma, **trazendo em si sua própria finalidade**: a uma atividade que mede as potencialidades científicas e técnicas da empresa, em termos científicos e técnicos, e que vê negar esse "capital técnico", esse "capital humano" - a cooperação de equipes revezadas, a possibilidade de conquistar novos domínios de conhecimento, novas possibilidades ao domínio do homem sobre a natureza - pelo imperativo bárbaro do lucro financeiro. À exigência viva de uma **práxis** criadora vem opor-se a exigência inerte do capital". Ibidem.

plano da empresa para o plano da sociedade, do plano sindical para o plano político, do plano técnico para o cultural"¹⁵³.

Com a automação começando a tornar-se realidade em alguns setores da produção, e tendo o trabalho mudado substancialmente seu conteúdo, como Marx preconizara, a premência da necessidade da autogestão, para Gorz, assumia um "caráter lancinante" em determinadas circunstâncias. Os trabalhadores das centrais nucleares, por exemplo, retratavam bem esta situação: mesmo tendo uma elevada formação cultural, técnica e científica, eram sub-utilizados pois, em razão de suas atividades serem desempenhadas em momentos pontuais, boa parte do "tempo de trabalho" era passada em total ociosidade. A potencialidade que a trazia automação, com isso, se transmutava em algo estéril, e os trabalhadores levados a um estado entediante e neurótico.

Porém, as possibilidades que a automação apontava, Gorz mostrava que, além da *heteronomia*, eram também bloqueadas por outros mecanismos.

O sistema educacional, particularmente aquele voltado para a formação de trabalhadores para as indústrias de ponta, expressava bem um destes mecanismos. Mesmo o processo produtivo necessitando de uma força de trabalho cada vez mais qualificada, "paradoxalmente", os programas de ensino buscavam limitar o conhecimento do futuro trabalhador a áreas específicas; o trabalho técnico-científico era, assim, concebido de forma segmentada. Complementando, gradativamente havia uma tendência para especializar os indivíduos desde a mais tenra idade, bem como incentivar os cursos de curta duração. A consequência disto, Gorz, de modo presciente, quase meia década antes do Maio de 68, asseverava que seria a eclosão de uma revolta estudantil contra tal estado de coisa¹⁵⁴.

¹⁵³ Ibidem, p 111.

¹⁵⁴ Ibidem, pp. 114/115.